

ERIS DEFESA & SEGURANÇA
INTERNACIONAL

DOSSIÊ

VIOLÊNCIA, FEMINISMO E ESTUDOS DE GÊNERO

(Des)continuações em Guerra e Paz

Organização
ERIS - Defesa e Segurança
Internacional

Revisão

Giovanna Ayres
Jonathan Assis
Kimberly Digolin
Livia Milani
Matheus Pereira
Rillari Ferreira
Ana Penido
Maria Eduarda Araujo
Bárbara Diniz
Victoria Guimarães
Amauri Fernandes Jr.
Nicole Dalmiglio

Diagramação

Bárbara Diniz
Kimberly Digolin
Victoria Guimarães

Logradouro

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé -
São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Site: <https://gedes-unesp.org/eris>
E-mail: contato.gedes@gmail.com

ISSN 2764-9156



Como citar este documento



ERIS (Org). Eris - Defesa e Segurança
Internacional. São Paulo, v. 6 n.1, set-dez,
2024. São Paulo.

Mulheres no (pós-) conflito liberiano: combatentes, construtoras da paz e representantes políticas

Beatriz Azevedo Coutinho¹

Eduardo Wensko Oliveira²

Bárbara Campos Diniz³

A guerra afeta as mulheres de maneira uniforme? Como elas respondem a essas experiências, tanto durante o conflito quanto no período pós-guerra? Essas são as perguntas centrais que orientam a discussão deste artigo. Longe de tratar as mulheres como um grupo homogêneo e passivo, buscamos compreender a diversidade de vivências e respostas que emergem frente às violências da guerra. A partir dessa perspectiva, analisamos três papéis distintos desempenhados por mulheres liberianas ao longo das duas guerras civis que devastaram o país (1989-1996 e 1999-2003) e nos subsequentes processos de reconstrução nacional: as combatentes, as promotoras da paz e as representantes políticas.

A partir da abordagem do contínuo de violência proposta por Cynthia Cockburn (2004), destacamos como as dinâmicas de gênero transcendem a dicotomia entre guerra e paz, revelando que as experiências das mulheres não apenas desafiam os estereótipos de gênero, mas também expõem a continuidade das opressões em diferentes contextos. Para ilustrar as nuances dessas trajetórias, exploramos a história de três figuras emblemáticas: Black Diamond, símbolo das combatentes femininas; Leymah Gbowee, líder no movimento pela paz; e Ellen Johnson Sirleaf, a primeira mulher eleita presidente na África. Ao examinar essas histórias, nosso objetivo é mostrar como as mulheres liberianas não foram apenas vítimas do conflito, mas sim agentes ativas que desempenharam papéis cruciais, enfrentando desafios e ressignificando suas identidades em um ambiente marcado por violência extrema e reconstrução sociopolítica. O artigo busca enriquecer a compreensão das multiplicidades de (re)ações femininas diante da guerra, ressaltando como essas mulheres transitaram entre o

¹ Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), com período sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Bolsista Capes desde 2023 e Capes-PRINT em 2024. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: beatriz.a.coutinho@unesp.br. Lattes <https://lattes.cnpq.br/3096141415282877> e Orcid <https://orcid.org/0000-0003-3306-8928>.

² Graduando em Relações Internacionais na UNESP Franca. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: eduardo.wensko@unesp.br. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1992695878971348>.

³ Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Bolsista Capes. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: barbara.diniz@unesp.br. Lattes <http://lattes.cnpq.br/7509714845606062>.

trauma, a resistência e a transformação, contribuindo para o tecido social e político de uma Libéria pós-conflito.

MULHERES COMO COMBATENTES: BLACK DIAMOND

Black Diamond, pseudônimo de guerra de Marjorie B. von Brumskine, emergiu como uma das combatentes mais notórias da II Guerra Civil Liberiana. Atuando como comandante do grupo rebelde *Liberians United for Reconciliation and Democracy (LURD)*, seu papel foi fundamental na oposição às forças do então presidente Charles Taylor. Sua trajetória é emblemática para compreender a interseção entre gênero, violência e guerra e ilustra como mulheres em situações de conflito desafiam papéis de gênero tradicionais, mas enfrentam exclusão e estigmatização no período pós-guerra. Sob a perspectiva do contínuo da violência, a experiência de Black Diamond revela a perpetuação da violência estrutural e simbólica antes, durante e após os conflitos armados (Cockburn, 2004).

Nascida em um contexto de extrema pobreza e em uma sociedade profundamente patriarcal, Black Diamond encontrou poucas alternativas para sobreviver quando o conflito eclodiu. Muitas mulheres e meninas, incluindo ela, foram forçadas a se envolver em atividades armadas, seja como combatentes, carregadoras, cozinheiras ou escravas sexuais (Mazurana; Eckerbom, 2012). No entanto, diferentemente de muitas de suas companheiras, Black Diamond rapidamente ascendeu ao posto de comandante. Suas habilidades de liderança e estratégia militar lhe renderam respeito entre seus pares e temor entre seus inimigos, e desafiaram normas sociais que tradicionalmente relegavam as mulheres ao espaço privado.

Durante o conflito, Black Diamond liderou um batalhão de combatentes do LURD em batalhas decisivas contra as forças governamentais. Suas táticas militares, descritas como eficazes e impiedosas, demonstraram como mulheres poderiam assumir papéis tradicionalmente masculinos em situações extremas. No entanto, o papel de liderança feminina em contextos de guerra não implica um rompimento completo com as normas de gênero, mas sim uma adaptação temporária. Como evidenciado por Coulter (2009), os contextos de guerra frequentemente oferecem às mulheres um espaço para desafiar papéis tradicionais, mas essa agência é, muitas vezes, limitada e revertida no período pós-conflito.

A figura de Black Diamond também ilustra o impacto da militarização na construção da identidade feminina. Ao adotar características associadas à masculinidade, como

agressividade, força e liderança, ela se tornou um símbolo de poder no campo de batalha. No entanto, essa masculinização imposta pela guerra também gerou barreiras para sua reintegração na sociedade após o conflito. Como argumenta Enloe (1990), as mulheres militarizadas frequentemente enfrentam estigmatização em tempos de paz, quando as normas de gênero são restauradas e expectativas tradicionais de feminilidade voltam a dominar.

Com o fim da guerra em 2003 e o início dos [Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração \(DDR\)](#), Black Diamond, assim como muitas outras mulheres combatentes, enfrentou enormes desafios. Apesar de seu papel crucial durante o conflito, ela encontrou uma sociedade que não estava disposta a aceitar mulheres em posições de poder ou a reconhecer sua contribuição na luta armada. A masculinização que lhe conferiu agência na guerra se tornou um obstáculo no período de paz, quando características como força e assertividade foram interpretadas como desvios das normas de gênero (Hultman, 2010).

Os programas de DDR implementados pela ONU na Libéria falharam em atender às necessidades específicas das mulheres combatentes. Mazurana e Eckerborn (2012) destacam que as mulheres ex-combatentes muitas vezes são ignoradas nesses processos, que tendem a priorizar os combatentes masculinos. Na Libéria, apenas uma fração dos recursos alocados para a reintegração foi destinada às mulheres, que enfrentaram estigmatização social e dificuldades econômicas (Coulter, 2009).

Além disso, as ex-combatentes vivenciaram um duplo estigma: por um lado, eram vistas como desviantes por terem participado de atividades militares, algo culturalmente associado aos homens; por outro, sua associação com a violência as colocava em uma posição de exclusão em suas comunidades. Esse padrão de marginalização é consistente com o que Cockburn (2004) descreve como o contínuo da violência, em que as dinâmicas de exclusão e opressão persistem mesmo após o término dos combates.

A marginalização de Black Diamond após o conflito exemplifica como as estruturas patriarcais operam para relegar as mulheres ex-combatentes às margens da sociedade. Ao serem excluídas de programas de reintegração e enfrentarem barreiras culturais, essas mulheres são frequentemente forçadas a recorrer a trabalhos informais ou, em muitos casos, são empurradas para a prostituição ou outras atividades precárias para sobreviver (Cockburn, 2004).

A trajetória de Black Diamond simboliza tanto as possibilidades quanto as limitações enfrentadas pelas mulheres em contextos de guerra e pós-guerra. Sua ascensão como líder militar durante a guerra civil desafiou normas patriarcais e mostrou como as mulheres podem assumir papéis transformadores em momentos de crise. No entanto, o período pós-conflito destacou as barreiras estruturais que continuam a restringir a agência feminina, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades de gênero profundamente enraizadas (Cockburn, 2004).

Do ponto de vista das políticas públicas, a história de Black Diamond evidencia a necessidade de programas de DDR que considerem as especificidades de gênero e abordem as desigualdades estruturais enfrentadas por mulheres ex-combatentes. Como apontam Mazurana e Eckerbom (2012), esses programas precisam ir além da reintegração econômica, oferecendo suporte psicossocial e promovendo a aceitação comunitária para mulheres que desafiaram normas de gênero tradicionais durante os conflitos.

A partir da perspectiva do contínuo da violência, a trajetória de Black Diamond também convida a uma reflexão sobre como as desigualdades de gênero são perpetuadas em tempos de paz e guerra. Enquanto seu papel como combatente desafiou as expectativas sociais, sua marginalização no período pós-conflito revela a resistência estrutural a mudanças duradouras nas relações de poder de gênero (Cockburn, 2004).

MULHERES COMO PROMOTORAS DA PAZ: LEYMAH GBOWEE

No contexto da segunda guerra civil liberiana, Leymah Gbowee ascendeu como uma forte liderança no país. Primeiro por seu trabalho como assistente social, que envolvia lidar com crianças combatentes e seus traumas, e, posteriormente, como uma ativista internacionalmente reconhecida por liderar protestos pacíficos, com ampla adesão e efetividade, através do movimento *Women of Liberia Mass Action for Peace* (WLMAP) - o qual uniu liberianas cristãs e muçulmanas para pressionar e intermediar negociações de paz entre facções rivais e, assim, colaborou para findar o conflito do país em 2003. No entanto, os processos de DDR foram marcados por desigualdades de gênero e exclusão das mulheres combatentes, como exemplificamos no caso de Black Diamond.

Ao mesmo tempo que o trabalho desenvolvido por Gbowee era visto como a personificação da [Resolução 1325](#) da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança, a qual prevê o

protagonismo feminino na prevenção e resolução de conflitos, o processo de encerramento da II Guerra Civil na Libéria, com a criação dos acampamentos para aplicação de DDR, não abarcou plenamente tal resolução, pois excluiu as mulheres combatentes do início ao fim do processo. Durante a fase de desarmamento, essas mulheres não foram incluídas, pois havia um entendimento de que no período do conflito elas exerciam papéis de suporte e não possuíam armas próprias, ou seja, a maioria não passava do primeiro critério de elegibilidade para os acampamentos, que consistia na entrega de armas (as quais presumia-se que todos os combatentes teriam).

A segunda fase, de desmobilização, foi marcada por um padrão tradicional de gênero que relegou às mulheres acampadas tarefas de baixa remuneração, como costurar e fazer sabão, ao passo que aos homens foram reservados ofícios de mecânica e carpintaria, o que lhes possibilitaria maior retorno financeiro quando reintegrados, perpetuando uma desigualdade econômica de gênero. A terceira e última fase, a de reintegração, ignorava as particularidades sócio-históricas da região, porque, de modo geral, mulheres entravam em combate em razão dos estupros; ou seja, buscando se protegerem e não serem mais violadas ou terem familiares violentadas. No entanto, algumas continuaram sendo violentadas enquanto combatiam. Os processos de DDR falharam ao não apresentarem uma solução para lidar com o estigma que as mulheres estupradas sofrem na Libéria, pois elas são consideradas como desonradas para as suas famílias e têm mais dificuldades de se reintegrar à sociedade, de encontrarem um parceiro ou de terem auxílio médico e psicológico.

Em suma, a luta de Leymah Gbowee e do WLMAP simboliza o poder das mulheres na construção da paz, mas também destaca como o processo de DDR na Libéria e em outros contextos ainda enfrenta desafios significativos na inclusão das mulheres combatentes. Embora a Resolução 1325 tenha trazido avanços importantes, ainda há muito a ser feito para garantir que seus princípios sejam plenamente aplicados, como considerar, de fato, o que as mulheres combatentes locais desejam para a reconstrução dos seus futuros no país.

MULHERES COMO REPRESENTANTES POLÍTICAS: ELLEN SIRLEAF

Dados os papéis de gênero que dificultam o acesso de meninas e mulheres a altos cargos, poucas mulheres haviam chegado a cargos de grande relevância na estrutura estatal antes de Ellen Johnson Sirleaf, que se tornou em 2006 a primeira presidenta democraticamente eleita da Libéria e do continente africano (Theobald, 2012). Sua eleição contou com o apoio das [mulheres do país](#), em especial daquelas que fizeram campanhas nos mercados ou atos para impedirem seus filhos de votarem contra ela, pois viam em Sirleaf uma mulher com altíssima qualificação técnica e que compreendia as múltiplas realidades femininas (Flicking, 2005). Sua vitória foi analisada como parte de uma tendência estudada por Tripp (2016) na qual mulheres são eleitas após conflitos, pois são vistas como alguém fora do sistema político anterior que gerou a guerra; outra característica apontada por Jalazai (2010) é que a população espera que essas mulheres eleitas ajam como mães, que vão cuidar e recuperar a nação.

Sirleaf, que também foi vítima de violência doméstica, se comprometeu a adotar medidas duras para combater a violência de gênero no país. Ela compreendia que para atingir esse objetivo eram necessárias ações em diversas searas e não apenas um foco exclusivo em políticas de segurança. Tendo isso em vista, Sirleaf indicou várias mulheres a cargos importantes como ministras, chefe da polícia, juízas, entre outros, pois o objetivo era ampliar a representação simbólica (Coutinho, 2020). Para tanto, ampliou o número de mulheres policiais, como forma de demonstrar uma quebra no padrão masculino associado às violências. Além disso, criou as chamadas [Peace Huts](#), cabanas em que as mulheres exerciam papel de liderança no processo de justiça e reconciliação, inclusive em casos de violência contra as mulheres (UN WOMEN, 2019). Esses espaços ao mesmo tempo utilizavam os conhecimentos adquiridos pelas mulheres no processo de paz e no estabelecimento da justiça onde o Estado estivesse ausente, e também reforçavam ideais, considerados ancestrais, de mulheres como mães, cuidadoras e conciliadoras (Massaquoi, 2007). No entanto, as políticas de gênero do governo eram apenas para mulheres (em geral cisgênero), assim excluindo a população [LGBTQIA+, que segue perseguida no país](#) (FORD, ALLEN, 2012).

Durante o seu governo, Sirleaf (2006-2018) promoveu diversos planos de combate à violência contra a mulher, criou uma corte especial para julgar esses crimes, a [Court E](#) (Zarif, Ra'ad Al-Hussein, 2016), e desenvolveu centros de atendimento chamados [One-Stop Centers](#) (Daily Observer, 2019), no qual equipes multidisciplinares compostas por médicos,

assistentes sociais, policiais e outros profissionais auxiliavam às vítimas. Além disso, estabeleceu a criação do Ministério das Mulheres e de políticas que tratam a questão de gênero como uma variante transversal, pois o governo compreendia a necessidade de tratar as violências contra as mulheres de forma multidimensional, combatendo as estruturas de desigualdade de gênero.

No entanto, essas medidas foram minoradas pela falta de recursos, uma realidade comum de países pobres que passam por conflitos e são altamente dependentes do mercado internacional e de empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como da flutuação das *commodities* que exportam. A Libéria tem uma economia altamente suscetível à exportação de borracha e madeira, aos investimentos internacionais, e a crises financeiras, climáticas e sanitárias. Um exemplo foi a desestruturação provocada pela epidemia de ebola, de 2014, que reduziu a entrada de divisas e obrigou o governo a realocar recursos que seriam destinados à compra de arroz, um alimento essencial à dieta dos liberianos, o que aprofundou a insegurança alimentar no país.

Outro desafio era modificar a cultura e as normas sociais como o machismo (também perpetrado por mulheres), concepções tradicionais de gênero, diferenças culturais e o sistema de justiça binário (constitucional e lei dos costumes). Como muitas dessas ações eram impulsionadas pela Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), elas eram vistas como uma interferência estrangeira no modo de vida liberiano. Ademais, a dependência econômica fazia com que algumas vítimas não pudessem se desvincular de seus agressores e, apesar dos avanços na compreensão de que a violência contra as mulheres não deveria ser tolerada, outras questões impediam a redução da violência e da desigualdade de gênero. Apesar disso, de acordo com relatório do [AFROBAROMETER](#) (Coker, Twum, 2023), o trabalho iniciado no governo Sirleaf segue gerando resultados, visto que as mulheres se sentem mais seguras para denunciar a violência, normalizam menos comportamentos violentos e há maior consciência sobre a violência de gênero.

CONCLUSÃO

Retomando as perguntas iniciais: as mulheres experimentam as violências da guerra da mesma forma? Como elas reagem a isso tanto no contexto do conflito quanto após este ter terminado? Podemos seguramente responder que não. Cada mulher vivencia as violências de maneira única, marcada por fatores como sua posição social, cultural e econômica, além de aspectos pessoais e contextuais. Suas reações também variam: algumas respondem por meio da resistência, outras pela adaptação, e outras ainda pelo simples esforço de sobrevivência. Essas respostas não são fruto de fraquezas ou forças intrínsecas, mas de condições materiais e subjetivas que definem os caminhos possíveis em meio à guerra. Neste sentido, o objetivo deste artigo não é julgar as escolhas ou os comportamentos dessas mulheres, mas analisar de que maneira os processos políticos podem contribuir – ou falhar em contribuir – para a superação das violências que elas enfrentam.

A análise deixa evidente que frequentemente as políticas internacionais ou nacionais destinadas às mulheres em contextos de conflito não levam em consideração a complexidade de suas experiências. Tais políticas, em vez de atuarem para eliminar as causas estruturais da violência, podem acabar reforçando desigualdades e gerando novas formas de opressão. Não basta, por exemplo, incorporar mulheres no processo de reconstrução de paz, como prevê a Resolução 1325, e simplesmente esperar que elas cumpram um papel específico de empatia, pacifismo ou cuidado. Essa abordagem superficial ignora as dinâmicas sociais mais amplas e perpetua estereótipos de gênero que limitam as possibilidades de atuação das mulheres. Nesse contexto, três problemas principais emergem na maneira como as mulheres têm sido tradicionalmente representadas e tratadas nesses processos.

O primeiro problema está na suposição de que as mulheres, por natureza, agem de forma diferente dos homens em situações de conflito ou reconstrução. De fato, há diferenças que podem ser observadas devido à socialização de gênero, uma vez que mulheres e homens são moldados de forma distinta pelas normas culturais e sociais. No entanto, assumir que as mulheres possuem um comportamento intrinsecamente diferente e, de alguma forma, moralmente superior, não apenas essencializa o gênero, como também desconsidera a complexidade das interações humanas. Mulheres também podem reproduzir sistemas de opressão, como o machismo, ou se engajarem em comportamentos violentos, seja como parte de estratégias de sobrevivência, seja em busca de poder. Essa visão simplista limita a

compreensão das mulheres como indivíduos plenos, com capacidade de agir de maneira tão diversa quanto os homens.

O segundo problema decorre de uma visão tradicional que entende as mulheres exclusivamente como pacíficas e cuidadoras. Essa construção, que tem raízes profundas na socialização de gênero, sustenta que as mulheres, por serem historicamente associadas à esfera privada e à maternidade, possuem características naturais de empatia e cuidado. Embora muitas mulheres tenham sido educadas e incentivadas a adotar essas qualidades, isso não significa que sejam inerentes ao gênero feminino ou que todas as mulheres se comportam dessa forma. Essa expectativa invisibiliza mulheres que atuam de maneira distinta e as atribui uma responsabilidade desproporcional em contextos de reconstrução de paz, esperando que assumam papéis que nem sempre refletem suas escolhas ou habilidades.

O terceiro problema, frequentemente negligenciado nas análises e políticas, é a tendência de enxergar as mulheres apenas como vítimas passivas de conflitos, ignorando sua agência. Essa visão restritiva reforça estereótipos de gênero que deslegitimam o papel das mulheres como combatentes, construtoras de paz ou representantes políticas. No entanto, a realidade mostra que muitas mulheres não apenas participam diretamente dos conflitos, mas também desempenham papéis cruciais na reconstrução de suas comunidades. Seja liderando negociações de paz, participando de processos políticos ou assumindo funções estratégicas no pós-conflito, as mulheres demonstram sua capacidade de agência. Contudo, a exclusão sistemática dessas experiências das narrativas oficiais perpetua uma compreensão limitada de seu papel, enfraquecendo sua inclusão nos processos formais de reconstrução.

Desta forma, um processo de reconstrução de Estado que busque superar as estruturas geradoras de violência deve ir além de abordagens superficiais. É necessário adotar medidas multidisciplinares que abarquem a redução da pobreza, a eliminação de diferenças legais, sociais, culturais e econômicas entre homens e mulheres, e o fortalecimento de instituições locais. Essas instituições, em particular, deveriam ser capazes de fomentar novos arranjos sociais, baseados em equidade e justiça social, por meio da educação e de políticas inclusivas. Esse tipo de reconstrução não deve ser percebido como uma imposição externa, mas como um esforço conjunto que respeite as particularidades locais e promova a participação efetiva das comunidades.

No entanto, como evidencia o caso liberiano, esses processos frequentemente falham em incorporar de forma significativa as mulheres. Um exemplo claro foi a exclusão de ex-combatentes do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Ao não reconhecerem as mulheres como participantes ativas nos conflitos e no pós-conflito, os responsáveis por esses processos negligenciaram uma oportunidade crucial de promover uma reconstrução mais inclusiva e transformadora. Essa exclusão não apenas reforçou a marginalização histórica das mulheres, como também limitou a eficácia dos esforços de reconstrução, perpetuando as estruturas que geram violência e desigualdade. Em outras palavras, o contínuo de violência exposto por Cockburn (2024) ainda está presente na sociedade liberiana, que ainda mantém algumas das estruturas de violência que fomentaram as guerras civis.

REFERÊNCIAS

- BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Ellen Johnson Sirleaf. Encyclopedia Britannica, 9 nov. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ellen-Johnson-Sirleaf>. Acesso em 30 set. 2024.
- COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer (Eds.). Sites of Violence: Gender and Conflict Zones. Los Angeles: University of California Press, 2004. p. 24 – 44.
- COKER, Georgina C., TWUM, Maame A. A. Gender-based violence tops women's-rights issues in Liberia; citizens say it is a criminal matter. **AFROBAROMETER**, [Ghana] Dispatch No. 695, 25 Aug. 2023 Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/08/AD695-Gender-based-violence-t>
- COULTER, C. Bush Wives and Girl Soldiers: Women's Lives Through War and Peace in Sierra Leone. Ithaca: Cornell University Press, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt7z60f>. Acesso em 10 nov. 2024.
- COUTINHO, Beatriz A. Mainstreaming women in post-conflict development: a case study of Liberia. Dissertation presented to the International Relations Postgraduate Program at the International Relations Institute at São Paulo University as a requirement for the Degree of Master in Science. Advisor: Prof. Dr. Yi Shin Tang. São Paulo, 05 feb. 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-15042020-083706/publico/Beatri>
- DAILY OBSERVER. LIBERIA: 4,622 GBV Cases Treated At One-Stop Centers Across Montserrado Since 2017. Make every women count, *s.l.*, 30 apr. 2019, online. Disponível em: <https://www.mewc.org/index.php/gender-issues/violence-against-women/11130-liberia-4-622-gbv-cases-treated-at-one-stop-centers-across-montserrado-since-2017>. Acesso em 30 set. 2024.

ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 1990.

FICKLING, David. Johnson-Sirleaf declared Liberian president. *The Guardian*, s.l, 23 nov. 2005, online. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/nov/23/davidfickling>. Acesso em 30 set. 2024.

FORD, Tamasin; ALLEN, Bonnie. Nobel peace prize winner defends law criminalising homosexuality in Liberia. *The Guardian*, Morovia, 19 mar. 2012. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2012/mar/19/nobel-peace-prize-law-homosexuality>. Acesso em 30 set. 2024.

GBOWEE, Leymah. Biographical. Nobel Prize, 2011. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2011/gbowee/biographical/>. Acesso em: 26 out. 2024.

HULTMAN, L. *Peace by Repatriation: Ex-Combatants and their Return to Civilian Life in Post-War Societies*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:106715/FULLTEXT01.pdf>. Acesso 10 nov. 2024.

JALALZAI, Farida, *Madam President: Gender, Power, and the Comparative Presidency*. *Journal of Women, Politics & Policy*, 2010, v. 31, n. 2, p. 132–165. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249019310_Madam_President_Gender_Power_and_the_Comparative_Presidency. Acesso em 30 set. 2024.

MASSAQUOI, William N.. *Women and Post-conflict Development: A Case Study on Liberia*. Submitted to the Department of Urban Studies and Planning in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master in City Planning, MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY, Cambridge, Massachusetts, 2007. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/42108>. Acesso em 30 set. 2024.

MAZURANA, D. and ECKERBOM Cole, L. Women, girls, and disarmament, demobilisation and reintegration (DDR). *In Women and Wars: Contested Histories Uncertain Futures* (pp.194-214). Polity Press: Cambridge, 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/295912375_Women_and_Girls_and_Disarmament_Demobilization_and_Reintegration. Acesso em 10 nov. 2024.

NOBEL PEACE PRIZE. Leymah Gbowee – Biographical. NobelPrize.org. Nobel Prize Outreach AB 2024. Mon. 11 Nov 2024. Disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2011/gbowee/biographical/>. Acesso em 10 nov. 2024.

ONU MULHERES. 20 Anos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a liderança das mulheres defensoras de direitos humanos para a construção da paz e da segurança. 17 dez. 2020. Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/20-anos-da-resolucao-1325-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-a-lideranca-das-mulheres-defensoras-de-direitos-humanos-para-a-construcao-da-paz-e-da-seguranca/#:~:text=Em%202000%2C%20o%20Conselho%20de,mulheres%2>

[0sofrem%20de%20maneiras%20espec%C3%ADficas](#). Acesso em 10 nov. 2024.

ops-womens-rights-issues-in-Liberia-Afrobarometer-24aug23.pdf. Acesso em 26 set. 2024.

THE WOMEN OF LIBERIA: Mass Action for Peace Protests in Liberia. Participedia, 2024. Disponível em:
<https://participedia.net/case/the-women-of-liberia-mass-action-for-peace-protests-in-liberia>. Acesso em: 30 set. 2024

THEOBALD, Anne. The Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: gender sensitivity versus masculinity. Ibidem Press, s.l, oct. 2012. Disponível em:
<https://cup.columbia.edu/book/the-role-of-women-in-making-and-building-peace-in-liberia/9783838203867>. Acesso em 30 set. 2024.

THUSI, Thokozani. Liberia's DDR Programme: An Unfinished Story. Sabinet African Journals, 2004. Disponível em: https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA0000001_272. Acesso em 10 nov. 2024.

TRIPP, Aili Mari. Where do African women have more power? Surprise — in countries emerging from war. Washington Post, [Washington D.C], 15 jul. 2016, online. Disponível em:
<<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/07/15/womens-rights-in-africa-grow-stronger-after-conflicts-heres-why/?noredirect...>>. Acesso em 30 set. 2024.

UN WOMEN. National Peace Hut Women Of Liberia An Account Of Support Provided By Un Women (2009 – 2018). UN WOMEN, [Libéria], jun. 2019. Disponível em:
https://africa.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Africa/Images/Publications/2020/Systematization%20Report%20June%202019_final_web.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

[z_Azevedo_Coutinho_.pdf](#). Acesso 10 nov. 2024.

ZARIF, Farid; RA'AD AL-HUSSEIN, Zeid bin. Addressing Impunity for Rape in Liberia. UNIMIL HUMAN RIGHTS AND PROTECTION SERVICE. Oct. 2016. Disponível em:
https://unmil.unmissions.org/sites/default/files/impunity_report_-_binding.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

Conflito, gênero e resistência: reflexões sobre o potencial disruptivo do corpo das mulheres na guerra

Afonso Brito Bandeira¹

Fellipe Souza Sena²

Lais Cavallin Rodrigues³

A discussão quanto à inserção das mulheres na guerra está longe de figurar uma inovação temática ou teórica. Por mais que os debates sobre gênero tenham alcançado anuência a partir da década de 1990 no campo acadêmico das Relações Internacionais, o tema de mulheres travando conflitos em suas rotinas diárias é objeto discutido há mais de cem anos nas ciências sociais (Barasuol; Zanella, 2023). Esses conflitos são especialmente deflagrados contra seus corpos, em cenários nos quais as mulheres precisam exercer papéis centrais *de e em* resistências. Neste artigo, discutiremos a temática do corpo feminino em conflitos, direcionando-a ao debate sobre mulheres no Sul Global. Em um primeiro momento, discorreremos sobre como a concepção de “guerra” passou a ir além da concepção tradicional de guerra (embate entre dois ou mais exércitos em grande escala) e passou a abarcar outros temas como a violência contra o corpo feminino do Sul Global. Em um segundo momento, salientaremos a importância da discussão sobre o corpo das mulheres e seu potencial disruptivo em conflitos para, depois, em um terceiro momento, discutirmos efetivamente o caso da resistência de mulheres do Sul Global. Para esse debate, traremos à luz o documentário *Women, War and Peace* e seu episódio sobre mulheres afrocolombianas da região de *La Toma*, que exercem papel central no processo de resistência da comunidade local ao mesmo tempo em que detém papéis domésticos, ao cuidarem de suas respectivas famílias.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo: 2024/19612-0) e pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero (IARAS-GEDES) e do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF-GEDES).

² Bacharel em Ciências & Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP). É bolsista CAPES e desenvolve pesquisas nas áreas de segurança internacional, fascismo e sexualidade.

³ Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES) e do Centro de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade Federal de Sergipe (CEAI-UFS).

Parte do atraso dos debates sobre gênero nas Relações Internacionais cabe à própria ideia de guerra, cuja concepção fora atomizada sobre as bases do estadocentrismo até meados da década de 1990. Quando a bipolaridade da Guerra Fria chegava ao fim, a emergência de atores violentos não-estatais explicitava que novas modalidades de conflitos altamente danosos não se restringiam somente a grandes exércitos sob bandeiras estatais, dotados de armas tecnológicas e sofisticadas, ponto visto em Kaldor (1986). Além disso, com a tomada neoliberal da economia global, “guerra” passou a ser o compasso da austeridade: formas sistemáticas de violência que se empregam segundo a linguagem da exploração, da fome, da miséria e de condições estruturais que impactam diferentes segmentos da população em direta degradação das suas condições de sobrevivência. Esses conflitos, destacamos, incidem de maneira mais evidente sobre os corpos das mulheres do Sul Global.

Segundo Jean Elshtain (2000), a interpretação do papel da mulher na história do conflito de armas alterna entre sua associação com a imagem da mulher espartana - que louvava a guerra e bradava em inspiração aos seus filhos, que defenderiam honrosamente sua pátria - e a figura de Pietá - que lamentava inconsolável as perdas trazidas pelo conflito. Em ambos os casos, a mulher permanece prostrada como elemento secundário e quase cenográfico, desprovido de protagonismo e cujas funções se resumem a prover suporte aos homens, seja emocional ou material (provendo comida, logística, enfermagem, atividades clericais e seus próprios corpos, como objetos de prazer). Ainda assim, a guerra de que trata Elshtain (2000) não aparenta ser uma guerra para além do modelo clausewitziano de concepção tradicional e eurocentrada, fundada sobre o embate de dois ou mais exércitos em grande escala com a mobilização de armamentos convencionais. Essa visão restrita não permite enxergar uma definição plural do termo “guerra”, como aquela sugerida por Alliez e Lazzarato (2020), segundo a qual o capitalismo, na sua lógica produtiva normativa e coercitiva, fragmenta a vida rotineira em diversos conflitos de dimensão social, política e econômica. Aqui, as guerras não dizem respeito somente a metralhadoras, canhões e granadas, mas também a exclusões sociais, salários baixos e cerceamento de vozes devido a determinados atributos corporais.

Esta ótica do conflito, que permite explorar além das trincheiras e morteiros, é uma modalidade diariamente travada por mulheres, especialmente do Sul Global, mas que não é contemplada em uma abordagem mais holística, como é no caso da abordagem de Elshtain

(2000). Sob essa luz e antes de entendermos o papel da mulher do Sul Global nas guerras, é relevante discutir brevemente sobre um tópico que consideramos relevante no debate sobre violência e o feminino: os “corpos” nas Relações Internacionais.

Os corpos são comumente ignorados nos estudos de guerra e de segurança, sendo considerados apolíticos. No campo de estudo das Relações Internacionais, os corpos “são relevantes para a política apenas à medida que vivem ou morrem. Esses corpos são objetos inertes: existem para ser manipulados, não possuem agência e são movidos apenas pelas motivações dos agentes” (Wilcox, 2015, p. 2, tradução nossa). A importância do corpo nas Relações Internacionais está na materialização visceral do poder e em como as relações de poder permeiam o cotidiano das mulheres. A mobilização dos corpos das mulheres é importante para justificar intervenções e políticas extremistas, mostrando como o corpo feminino é usado como uma ferramenta para atingir objetivos políticos. É necessário tratar as mulheres como sujeitos ativos nas guerras, em vez de meros objetos, e também considerar suas reflexões sobre os conflitos.

Wilcox (2015) questiona a visão tradicional e destaca a importância de regular os corpos das mulheres. A autora também aponta que a experiência da violência varia muito, dependendo da situação e localidade, o que torna essencial entender como esses corpos estão inseridos no contexto da violência e da guerra, para ter uma compreensão mais completa. Perpétuos espaços de disputa de poder, podendo ser utilizados como forma de resistência, reivindicação e protesto, como meio do emprego da violência e como instrumento de mobilização política, os corpos são tanto produtivos quanto produzidos por práticas de violência e política. Rita Segato (2016) analisa as novas formas de guerra e o corpo das mulheres, conceitos essenciais para o entendimento de como o corpo feminino é utilizado como território em guerras contemporâneas e como isso se conecta ao patriarcado e à colonização. O projeto das “novas guerras” (Kaldor, 1999) se difere das guerras tradicionais entre Estados; o objetivo da guerra vai além do domínio de territórios e a paz não é a finalidade. As novas guerras fazem parte de uma nova estratégia, pensada para agir no longo prazo, alterando a existência das sociedades.

A violência contra as mulheres deixou de ser um efeito colateral da guerra para se transformar em um objetivo estratégico desse novo cenário bélico. [...] Uma das razões para isso é que, com a perda progressiva de controle sobre a economia global e o deslocamento do epicentro do capital, a potência imperial vê na proliferação das guerras sua última forma de domínio (Segato, 2016, p. 57, nossa tradução).

Há uma continuidade entre guerra, economia e política, com a violência financeira integrando o quadro de guerra. A guerra moderna é promovida pelo governo, não apenas pelo exército, e a paz não é o objetivo final; em vez disso, a guerra se perpetua como estratégia para manter a ordem capitalista. Essa situação configura o que alguns chamam de guerra civil global – guerras internas que ocorrem no seio das populações (Alliez & Lazzarato, 2020). O conceito de guerra civil global refere-se aos conflitos internos e externos que ocorrem simultaneamente em diferentes partes do mundo. Alliez e Lazzarato (2020) destacam que, por mais que estes conflitos tenham diferentes motivações, a guerra civil global é nutrida pela financeirização econômica. O movimento de financeirização e desregulação econômica são elementos que explicam a intensificação da polarização das sociedades capitalistas, que geram como consequência guerras de classe e coloniais, motivadas pelo acúmulo de capital, atingindo principalmente grupos vulneráveis e as mulheres. Essas guerras não são apenas conflitos armados, mas também incorporam lutas sociais e econômicas que desafiam as estruturas de poder estabelecidas, tornando-se uma característica permanente da vida sob o sistema de acumulação capitalista. Dentro do sistema capitalista é estabelecido um mecanismo de dominação de gênero. A discriminação das mulheres foi importante para lhes impor a responsabilidade de produzir a força de trabalho. O trabalho reprodutivo, muitas vezes invisível e desvalorizado, é essencial para a acumulação capitalista, pois, sem este trabalho, a consolidação de qualquer cultura, economia ou sistema político seria inviável (Federici, 2017).

Nas guerras, a existência e sobrevivência das mulheres é um ato de resistência, principalmente em conflitos no Sul Global (Wilén, 2021) e, gradualmente, as formas de sofrimento infligidas nos corpos pela guerra têm ganhado maior notoriedade e exposição, a exemplo da série documental *Women, war and peace*. Lançado em 2011, o documentário contém 5 episódios dedicados a retratar lideranças femininas locais envolvidas na luta pelo reconhecimento, pela denúncia da violência, pela defesa de valores locais e de seus territórios.

Um dos casos retratados no documentário é o da região de *La Toma*, localizada no oeste colombiano e circundada pelos rios *Ovejas* e *Cauca*. Rica em recursos naturais, a região é, há séculos, habitada por populações afro colombianas, que foram fustigadas pela violência decorrente da guerra civil iniciada nos anos 1960⁴, em uma triangulação de disputas pelo

⁴ Embora a Colômbia apresente um longo histórico de conflito e violência, que remonta suas origens coloniais, houve um recrudescimento a partir da metade da década de 1960, com a criação de movimentos de guerrilha,

poder entre movimentos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), do governo e de organizações do narcotráfico, levando à morte de grande parte da população masculina adulta. A situação recrudescceu quando, no início dos anos 2000, o governo cedeu à iniciativa privada o direito de desterro e exploração dos abundantes recursos naturais da região, sem reconhecimento ao direito das populações locais. No lugar de uma submissão complacente, lideranças femininas locais, mesmo sob constantes ameaças de morte, exerceram uma dupla jornada entre o cuidado de suas famílias e a articulação política da comunidade, em contato direto com fóruns de nível nacional e internacional por um reconhecimento que seria logrado após anos de resistência.

Clemencia Carabali, uma das mulheres retratadas no documentário, divide sua rotina entre audiências com a comunidade local de *La Toma* e seus afazeres domésticos, como cuidar de seu filho. Em uma das cenas da referida obra audiovisual, Carabali educa seu filho mais novo ao corrigir uma atividade escolar na qual a criança tirou nota baixa. Ao perceber que seu filho havia escrito algo negativo sobre a participação das mulheres na comunidade local, Carabali pergunta se ele acreditava naquilo que havia respondido na atividade. Ao responder que não, sua mãe diz então que ela mesma é uma membra-chave da comunidade local, pois ela organiza reuniões, escuta e é escutada quanto a assuntos atinentes a problemas locais. E é justamente esse tipo de atividade que torna Carabali alvo de ameaças de grupos paramilitares suspeitos de agirem em *La Toma*, ameaças essas que passam a configurar violência psicológica a partir do momento em que, por exemplo, seu filho sai para brincar na rua sem avisar. Carabali, sem saber o que pode ter acontecido, tenta procurá-lo e o documentário deixa transparecer a angústia da mãe nessa busca.

Por sua vez, Francia Marquez também tem sua história retratada no mesmo episódio do documentário. Como dito, a região de *La Toma* é rica em recursos naturais, muitos dos quais se encontram em minas nas partes mais acidentadas do local. Ao manipular explosivos com as próprias mãos, Marquez relata que tira dessas minas o sustento de que precisa para

como as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Diante de um cenário de grande desigualdade social e corrupção, e no contexto global da Guerra Fria, surgiram como movimento de inspiração marxista com o intuito de lutar por reformas estruturais no país e maior equidade para a população. Em resposta, o governo colombiano promulgou uma lei, em 1968, para a criação de um exército de contenção das guerrilhas, que viria a se radicalizar e atuar de forma independente que viria a forma as *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC), um grupo paramilitar de extrema-direita. Complementarmente, os grupos envolvidos passaram a utilizar o tráfico de drogas como forma de financiamento da guerra que, ao longo de cinco décadas, tem estimadas mais de 220.000 pessoas mortas ou feridas e quase 7 milhões forçadas a se deslocar, até o momento de um acordo de paz, celebrado em 2016.

colocar seus filhos na escola. Em paralelo a essa atividade, ela ainda exerce o papel de vice-presidente do conselho comunitário de *La Toma*, levantando e articulando pautas entre a comunidade local e o governo da Colômbia.

Clemencia e Marquez são exemplos de como seus corpos sofrem violências físicas, psicológicas, afetivas e emocionais, enquanto devem exercer papéis fundamentais em um conflito que não se resume a armas de fogo, mas diz respeito também a articulações políticas, cultura, intersubjetividades e esperança. Além disso, elas são casos ilustrativos dos erros ontológicos fomentados por visões tradicionais que impõem sobre a mulher a mistificação dos corpos frágeis e submissos, não-sujeitos vulneráveis aos quais é necessário prover, para que sejam capazes de exercer sua função inata de cuidadoras e reprodutoras.

É válido ainda destacar as contribuições de Foucault (1987) sobre a questão do corpo. O autor descreveu o biopoder como uma ampla miríade de técnicas de intervenção, controle e condicionamento dos indivíduos por meio da microgestão de seus corpos em prol da maximização dos resultados produtivos, uma gestão normativa da vida que erige as fronteiras entre o louvável e o criminoso, o bem e o mal social. No sistema capitalista moderno, isto se projetou na forma de governamentalidades que operam, na esfera civil, uma lógica de guerra que não somente mata, como normaliza violências sistêmicas e subjugações de dados segmentos da sociedade (Alliez, Lazzarato; 2020), formando regimes de verdade.

No caso das mulheres, além do silenciamento político, o biopoder se dá pelo acúmulo interseccional de trabalhos não remunerados e invisibilizados, que atravessam a esfera doméstica, reprodutiva e de cuidados, essencial para a acumulação capitalista e para o funcionamento social. Tamanhos constrangimentos, de natureza epistemológica, cultural e, por vezes, até mesmo jurídica, buscam solapar uma tomada de consciência das potencialidades disruptivas simbolizadas no caso colombiano pois, para além do véu de constrangimento puritano, as mulheres, em realidade, demonstram-se indivíduos de agência, capazes de mobilização e articulação, inspiração e combativismo, incidindo diretamente nas estruturas sociopolíticas do *status quo*. Por esse motivo, é de fulcral importância tornar o invisível visível, romper com as mordanças e arremeter o fluxo das consciências acríticas, pois “a violência corporal não é apenas invisível, mas necessariamente invisível para que esse tipo de teorização possa continuar” (Wilcox, 2015, p. 41, tradução própria).

REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. **Guerra e Capital**. São Paulo: UBU editora, 2020.
- BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler. **Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos**. In: Barasuol, Fernanda Barth; Souza, Natália Maria Félix de; Zanella, Cristine Koehler (org.). *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.
- ELSHTAIN, Jean B. **Women and War**. In: TOWNSHEND, C. (Ed). *The Oxford History of Modern War*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 303-316.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, p. 464.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Editora Vozes. Petrópolis, 1987.
- KALDOR, Mary. 1999. *New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era*. Oxford: Blackwell.
- _____. **El arsenal barroco**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.
- SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. In: *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de sueños, 2016, pp. 57-90.
- THE WAR WE ARE LIVING. *Women, War and Peace* [documentário]. Produção: HOGAN, Pamela; GRANADOS, Oriana Zill de. EUA.: Fork Films; Thirteen/ WNET, 2011 (56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nzMYmUlk2SI>. Acesso em 08 de out. 2024.
- WILCOX, Lauren B. **Bodies of violence: Theorizing embodied subjects in international relations**. Oxford University Press, USA, 2015.
- WILÉN, N. **Achieving a Feminist Peace by Blurring Boundaries Between Private and Public**. In: Kustermans, J.; Sauer, T.; Segaert, B. (eds.) *A Requiem for Peacebuilding?*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2021, p. 207-220.

Corpo, Violência e Política: A Subordinação Feminina nas Novas Formas de Guerra representadas no Cinema

Hevelyn Priciely Ghizzi¹

Rillari Ferreira Castro e Silva²

Resumo

Neste texto analisamos a violência sexual contra as mulheres em contextos de guerra e regimes opressivos com base nas reflexões de Rita Laura Segato (2014; 2016) sobre as novas formas de conflito. A autora destaca como a violência sexual deixou de ser um efeito colateral da guerra, tornando-se uma estratégia deliberada de dominação e controle, argumentando que, nas novas formas de guerra, o corpo feminino é tratado como território a ser controlado e a violência sexual é utilizada como meio de expressão de poder e subordinação. A partir dos escritos de Segato (2014; 2016), o texto faz uso de exemplos de obras culturais, como *O Conto da Aia* e *Hotel Ruanda*, para ilustrar como o controle sobre o corpo feminino é central nessas dinâmicas de poder, refletindo a interação entre identidade, política e violência. Ao abordar o ‘femigenocídio’ e a impessoalidade dos crimes de gênero, o texto aponta para a brutalidade crescente dos conflitos modernos e o papel da mulher como alvo principal nesse contexto.

Palavras-chave: Guerra; Violência sexual; Biopoder.

Este texto busca analisar a violência sexual contra mulheres em contextos de guerra e regimes opressivos a partir das contribuições teóricas de Rita Laura Segato (2014; 2016) sobre as novas formas de conflito. A partir da tese de que a violência sexual deixou de ser um efeito colateral da guerra para se tornar uma estratégia deliberada de dominação e controle, argumenta-se que o corpo feminino passa a ser concebido como território simbólico, submetido a lógicas de poder que articulam gênero, identidade e violência. Nesse sentido, o texto investiga como a violência sexual funciona como uma tecnologia de guerra, operando não apenas sobre os corpos, mas também sobre a ordem social e simbólica.

Para Rita Laura Segato (2014), antropóloga argentina, as guerras tradicionais eram travadas entre Estados-nação e suas Forças Armadas. No entanto, as novas formas de guerra são caracterizadas pela informalidade, ou seja, não seguem as regras e estruturas formais de

¹ Mestranda e bolsista CAPES em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharela em Relações Internacionais e Integração pela UNILA. Integrante das IARAS - Núcleo de Estudos de Gênero em Relações Internacionais e Ciência Política. hevelyn.ghizzi@gmail.com

² Mestranda e bolsista CNPq em Relações Internacionais pelo Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG/Campus SVP). Integrante das IARAS - Núcleo de Estudos de Gênero em Relações Internacionais e Ciência Política e das MaRIAs - Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIAs-USP). rillariferreira2@gmail.com.

conflito entre países ou governos estabelecidos. Em vez disso, elas acontecem em um espaço ‘intermediário’ descrito como ‘paraestatal’, fora do controle direto do Estado, mas que ainda está de alguma forma relacionado a ele. Esse novo arranjo resulta no alargamento do conceito de guerra, qualificando as novas formas de guerras que se apresentam de maneira mais dispersa, em que os limites tradicionais entre governo e outros atores se tornam difíceis de definir.

Nesse contexto de crescente paraestatalidade, a violência contra as mulheres deixou de ser apenas um efeito colateral da guerra e passou a ser um objetivo estratégico do novo cenário bélico. Conforme exposto pela autora (Segato, 2014, p. 325), o corpo humano entendido como território pode ser controlado e regulado, sendo não apenas um espaço físico, mas também um lugar onde se manifesta a dinâmica do poder e do controle social. Em outras palavras, o corpo é um espaço de subordinação e resistência, sendo diretamente influenciado pelas dinâmicas de biopoder. Nesse sentido, a expressão ‘violência sexual’, conforme Segato (2016, p. 20), “é confusa, pois embora a agressão seja realizada por *meios sexuais*, sua finalidade não é sexual mas da ordem do poder” de maneira que “através deste tipo de violência o poder se expressa, se exhibe e se consolida de forma truculenta diante dos olhos do público, representando, portanto, um tipo de violência expressiva e não instrumental”. Ou seja, o uso e abuso do corpo feminino por meios sexuais tem como objetivo, além da supressão da vontade da vítima, a imposição de poder e controle pelo agressor.

A violência sexual, portanto, é constantemente instrumentalizada em contextos de guerra e regimes opressivos, sendo utilizada como um mecanismo de dominação, controle e destruição cultural, social e política. Nesses contextos, o corpo da mulher se torna território de disputa política e simbólica, de forma que a violência sexual contra mulheres é utilizada como linguagem (Segato, 2016), para comunicar ao adversário o poder daquela nação perpetradora do crime de violência sexual. Dessa forma, a utilização da violência sexual como arma de guerra "combina num único ato a dominação física e moral do outro" (Segato, 2016, p. 40), pois a vítima é completamente privada do controle sobre seu próprio corpo. Além disso, durante o conflito, essa dominação física e moral se estende à Nação à qual as mulheres pertencem. Isso ocorre porque a violência sexual torna-se uma das formas de desmoralizar o inimigo, transmitindo a mensagem de que a Nação agressora é superior em todos os aspectos; “[...] em tempos de crueldade funcional e pedagógica, é no corpo da mulher – ou da criança –

que a crueldade se especializa como mensagem” (Segato, 2016, p. 24). Logo, a violência contra as mulheres não é mais restrita a guerra entre Estados, ela se estende a guerras estabelecidas também em espaços paraestatais, culminando no que Segato (2016) denomina de novas formas de guerra.

O corpo das mulheres é o principal alvo e a violação deste é o principal objetivo. Especialmente no que diz respeito à violência sexual contra as mulheres:

É devido à sua qualidade de violência expressiva mais que instrumental – violência cujo objetivo é a expressão do controle absoluto de uma vontade sobre outra – que a agressão mais próxima da violência sexual é a tortura, física ou moral. Expressar que se tem nas mãos a vontade do outro é o telos ou finalidade da violência expressiva. Domínio, soberania e controle são o seu universo de significado (Segato, 2016, p. 39, tradução nossa).

As diversas formas de violência são, portanto, consideradas crimes de guerra. Essas formas de controle criam um novo paradigma de territorialidade, onde o corpo – especialmente o corpo feminino – é visto e tratado como território. Segundo Segato (2014, p. 345):

A violência e a tortura sexual de mulheres e, em alguns casos, de crianças e jovens, são crimes de guerra no contexto das novas formas de conflitualidade próprias de um continente de para-estatalidade em expansão, já que são formas de violência inerente e indissociável da dimensão repressiva do Estado contra os dissidentes e contra os excluídos pobres e não brancos; da para-estatalidade própria da atuação bélica das corporações militares privadas; e da ação dos sicariatos – constituídos por gangues e maras – que atuam nas periferias das grandes cidades latino-americanas – e, possivelmente, no contexto subterrâneo da interconexão entre todos eles. (Segato, 2014, p.345, tradução nossa).

O controle e domínio do corpo das mulheres pode ser observado na produção audiovisual *O Conto da Aia* (2017). A série, resultado de um romance distópico escrito no livro homônimo de Margaret Atwood, narra os acontecimentos na República de Gilead, sociedade teocrática que surge após um golpe de Estado nos Estados Unidos da América. O golpe é executado por um grupo de fundamentalistas religiosos, denominados Filhos de Jacó, que suspendem a Constituição estadunidense e instauram um sistema de castas baseado em normas e papéis de gênero, sob normas religiosas, separando os corpos femininos segundo sua “utilidade” para o Estado.

Nesse sistema de castas existem três classificações para os corpos das mulheres: as Aias, as Esposas e as Marthas. As Aias são obrigadas a servir sexualmente os comandantes

(homens da elite governante do Estado), por serem férteis, e constantemente passam por rituais de estupro sancionados pelo Estado. As Esposas são as companheiras dos Comandantes e, devido a mudanças climáticas que aconteceram na região, são inférteis, estando limitadas à administração doméstica. Por fim, as Marthas são as mulheres estéreis ou mais velhas que realizam tarefas domésticas e são submissas às Esposas.

Na série, as Aias, além de serem submetidas a um regime de total controle físico, psicológico, sexual e moral, têm seus corpos reduzidos a ferramentas reprodutivas, de forma que a violência contra as mulheres (controle do corpo) não foi um efeito colateral do regime Gilead, mas sim, um objetivo estratégico diante da construção de um novo sistema. Esse ponto é endossado por Segato (2016, p. 60), para quem “a impressão que emerge da nova ação bélica é que a agressão, a dominação e o abuso sexual já não são, como eram anteriormente, complementos da guerra, danos colaterais, mas adquiriram centralidade na estratégia de guerra”.

Ademais, o enredo de *O Conto da Aia* demonstra que o corpo das mulheres assume o papel principal no palco da guerra, não sendo apenas parte do bastidor nesse ambiente bélico, mas, sim, central mediante a destruição e a desmoralização do inimigo através do corpo feminino (Segato, 2016). Desse modo, o corpo feminino é instrumentalizado e tratado como território que deve ser ocupado e gerenciado.

Além disso, a separação das mulheres em castas reflete o que Segato traz em seu texto sobre identidade como suporte da política. As identidades e o território interagem na formação da política, afetando a maneira como as sociedades são organizadas e as lutas por direitos e reconhecimento são conduzidas (2014, p.353). No universo de *O Conto da Aia*, as identidades das mulheres são radicalmente moldadas pelo regime totalitário de Gilead. As mulheres são despojadas de suas identidades individuais e categorizadas de acordo com suas funções sociais. Isso reflete como a identidade torna-se uma ferramenta de poder, moldada para atender aos interesses do Estado. Na produção fica explícito como o corpo das mulheres é utilizado estrategicamente para, não apenas “vencer” a guerra, mas realizar a manutenção de um território onde a coação e a subalternidade são elementos-chave da política, e as identidades são construídas conforme necessidade do Estado.

Outra obra que retrata o domínio sobre os corpos das mulheres e a utilização das identidades como suporte para a política é o filme *Hotel Ruanda* (2004). O filme tem seu

roteiro baseado no livro *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias – Histórias de Ruanda* (Gourevitch, 2006) e se passa durante o genocídio que aconteceu em Ruanda em 1994. Esse conflito foi caracterizado pela violência extrema entre os dois principais grupos étnicos do país: os hutus e os tutsis. Durante o conflito, entre abril e julho daquele ano, cerca de um milhão de pessoas foram mortas.

O genocídio de Ruanda ocorreu no contexto de uma guerra civil entre o governo hutu e o exército rebelde tutsi. Esse conflito foi intensificado historicamente pelo favorecimento da administração colonial belga à minoria tutsi, criando divisões étnicas. A produção audiovisual retrata a história de Paul Rusesabagina, um hutu e gerente de um hotel de luxo em Ruanda, que, durante o conflito, abrigou refugiados — principalmente tutsis, mas também hutus considerados “moderados” — no estabelecimento sob sua administração.

Nesse filme, a questão identitária é central na narrativa e assim como em "O Conto da Aia", as identidades são moldadas pelo contexto político, servindo aos interesses de um poder opressivo. Além disso, a violência sexual e a brutalidade física são partes trágicas da experiência das vítimas durante o genocídio, ocupando espaço central na guerra. Diante disso, Segato (2016, p. 85) aponta para o crime de ‘femigenocídio’:

Este tipo de feminicídios, que sugiro chamar de “femigenocídios” (Segato, 2001b e 2012), aproximam-se nas suas dimensões da categoria “genocídio” devido aos seus ataques às mulheres com a intenção de letalidade e deterioração física em contextos de impessoalidade, no quais os agressores são um coletivo organizado ou, melhor, são agressores porque fazem parte de um coletivo ou corporação e agem em conjunto, e as vítimas também são vítimas porque pertencem a um coletivo no sentido de uma categoria social, neste caso, o gênero. (Segato, 2016, p.85, tradução nossa)

A impessoalidade mencionada por Segato (2016) se encontra cada vez mais enraizada nos “crimes de gênero” e que estão associados aos conflitos recentes, de forma que em países com conflitos internos há um aumento de crimes de violência letal contra as mulheres indicando que “o que aumenta estes números é o aumento dos crimes num contexto de impessoalidade e que, portanto, existe uma proporcionalidade direta entre a guerra e um aumento notável dos feminicídios” (Segato, 2016, p. 85). Essa impessoalidade é retratada no filme ao demonstrar como as vítimas são despojadas de sua dignidade, desumanizadas, e reduzidas a meros números em uma estatística de genocídio. Sendo assim, a violação dos

corpos, seja através da tortura, escravidão, nudez forçada, entre outras práticas que caracterizam um tratamento desumano, é considerada crime de guerra.

Em conclusão, a análise apresentada demonstra como a violência sexual e o controle dos corpos femininos emergem como instrumentos centrais nas novas formas de guerra, conforme abordado por Rita Laura Segato. **A violência contra as mulheres, longe de ser um mero efeito colateral dos conflitos, tornou-se uma estratégia deliberada de dominação e desmoralização.** O corpo feminino, transformado em território de disputa, é instrumentalizado não apenas como um meio de controle físico, mas também como um canal de expressão do poder estatal e das corporações bélicas. A obra de Segato e as representações culturais em produções como *O Conto da Aia* e *Hotel Ruanda* evidenciam o uso da violência sexual em contextos de paraestatalismo e genocídio, refletindo a interseção entre guerra, política e identidade de gênero. Ao tratar esses corpos como símbolos de submissão e resistência, essas narrativas expõem a brutalidade de uma guerra que não apenas destrói, mas também redefine as relações de poder e identidade nas sociedades afetadas.

REFERÊNCIAS

GOUREVITCH, P. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias.** Editora Companhia das Letras, 2006.

HOTEL RWANDA (Hotel Ruanda). Terry George. EUA: United Artists, 2004.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres.** Traficantes de Sueños - Mapas. Madrid, 2016.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n.2. Maio/Agosto de 2014. p.341 - 371.

THE HANDMAID'S TALE (O conto da aia). Criador: Bruce Miller. Elenco: Elisabeth Moss, Joseph Fiennes, Yvonne Strahovski, Alexis Bledel. Websérie. Drama/Distopia. Transmissão original: Hulu. 2017.

Ainda nascem girassóis no Congo: A ausência de interseccionalidade de raça e gênero nos relatórios da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e da ONG Working Group on Women Peace and Security¹

Rafaela da Silva Moreira²

Resumo

Embora nas últimas décadas a inserção do debate de gênero tenha aumentado nas discussões para a construção da Paz e do Futuro, o tema segue sendo abordado de forma superficial. Quando em situações de conflito, outras questões interseccionais aos debates de gênero precisam ser consideradas, como é o caso das questões de raça. No presente artigo são analisadas perspectivas e propostas de uma organização não governamental - *NGO Working Group on Women Peace and Security* - atuante em parceria com a ONU na República Democrática do Congo (RDC) desde a divulgação da Resolução 1325 da ONU, que deu início à Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Foram analisados trinta e cinco relatórios da ONG e do Conselho de Segurança da ONU, além de discursos e pontos de ação mensais, referentes ao período de 2007 a 2015. As análises tiveram por base bibliografia atinente ao tema e que trata das interseccionalidades de gênero e raça, considerando a convergência, ou a falta dela, com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, bem como a adoção de medidas de caráter interseccional.

Palavras-chave: Agenda Mulheres, Paz e Segurança; ONU; ONGs; Congo.

“Tirem seus rosários dos nossos ovários
Nosso corpo é um território livre
Nossa mente descolonizou
Mirei no seu peito e cê’ nem viu
Mais ligeira que a bala de fuzil
É a semente que brota do amor”
(Funmilayo Afrobeat Orquestra)

INTRODUÇÃO

Em Outubro de 2025, a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS) completará vinte e cinco anos. No entanto, é preocupante que após tanto tempo a Agenda ainda apresente graves falhas não apenas em garantir a segurança de mulheres e crianças, mas também em promover a participação feminina nos processos de construção da(s) Paz(es). A Agenda teve

¹ O artigo possui ligação com a pesquisa de doutorado da pesquisadora Kimberly Alves Digolin desenvolvida no PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), cujo título é "A incorporação das diretrizes de gênero às operações de paz da ONU".

² Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi pesquisadora de Iniciação Científica do Ensino Médio com bolsa PIBIC JUNIOR CNPq.

início com a aprovação da Resolução 1325 pelo Conselho de Segurança da ONU em 2000, sendo um importante, porém curto, passo em prol da equidade de gênero para a promoção da paz. Sua adoção também sofreu críticas por se mostrar uma resolução que não afrontou as acusações de consentimento da ONU com os abusos e assédios sexuais cometidos por seus soldados em missões de paz na mesma época.

Mesmo que seja um marco e um instrumento extremamente importante, pois auxilia diversas mulheres em situações de conflito, as abordagens são ainda superficiais, não procurando entender o que aquela parcela da população procura, incorporando políticas ocidentais na resolução de problemas e conflitos em qualquer parte do mundo. Além disso, mais de duas décadas depois de sua criação, diversos relatos comprovam a existência de abusos sexuais no âmbito da Organização e que são ignorados por ela (Bell; Kotecha, 2022; Conselho de Segurança, 2000; ONU MULHERES). Para buscar lidar com esses impasses, a ONU conta com a ajuda de organizações não-governamentais (ONGs) que estão nos locais de conflito e periodicamente enviam relatórios e análises sobre a evolução e implementação da Agenda MPS.

Neste artigo, o problema central foi desvendar “quais são as perspectivas e propostas das organizações não-governamentais para a implementação da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” da ONU?”, a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de cerca de quarenta relatórios da ONG Working Group on Women, Peace and Security - que atua em quase cinquenta países para auxiliar a implementação da Agenda MPS. Para responder a essa pergunta, buscamos compreender a relação entre gênero, paz e segurança; debater a importância das ONGs no processo de promoção da paz e da igualdade de gênero; analisar a estrutura e o alcance do Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança; bem como analisar e sistematizar os Relatórios e Planos de Ação Mensais elaborados pelo Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança desde 2009.

SEXO, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE

Em um primeiro momento, se faz necessário entender e distinguir gênero e sexo, conceitos que são frequentemente tratados como semelhantes, mas que possuem significados distintos. Gênero representa uma construção social, sendo uma invenção de categorias baseadas em papéis sociais, muito além de uma separação biológica entre os seres humanos. É

um fenômeno histórico e cultural baseado em contextos sociopolíticos, econômicos e arquitetônicos de determinada cultura baseado em necessidades dos seres locais, sendo bem mais que um fundamento materialista de “ser ou não ser” ou com regras fixas e pouco mutáveis (OYĚWÙMÍ, 2021).

Sob esta perspectiva, o sexo se baseia em uma bio-lógica adotada pelos seres humanos para separar indivíduos a partir de seus órgãos reprodutores. No entanto, essa separação foi instrumentalizada não apenas para diferenciar indivíduos, mas para legitimar relações de poder entre eles. Essa ideologia é chamada de “determinismo biológico”, uma vez que se utiliza do argumento biológico para referendar determinada interpretação do mundo social. No Ocidente³, os papéis sociais são associados ao sexo, ou seja, não existe gênero sem sexo, pois um se torna complemento do outro. Isto é, a noção de que para existir a categoria “Mulher” é necessário que exista seu oposto, aquele que possui a “parte que falta”, este denominado “Homem” (OYĚWÙMÍ, 2021).

Por essa linha de pensamento, é essencial que o gênero esteja em uma perspectiva fixa e inalterável, em que qualidades femininas e masculinas são intrínsecas e universais, desconsiderando o meio em que as pessoas vivem, seu contexto cultural e histórico (GONZALES, 2020; OYĚWÙMÍ, 2021). Este ponto traz a questão do que é pertencer à categoria mulher na sociedade Ocidental, uma vez que no Sistema Econômico Capitalista Neoliberal a feminilidade pode ser comprada, da mesma forma que a liberdade humana também é ligada à capacidade de comprar e/ou vender para obter seu próprio lucro sobre aquele investimento (FRASER, 2024). Além disso, essa perspectiva é preconceituosa, pois reduz a identidade ao corpo, ignorando pessoas transsexuais, travestis e não-binárias. É importante ressaltar que essa perspectiva foi reforçada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante vinte e oito anos, uma vez que a instituição considerava essas pessoas como portadoras de doenças mentais, só revogando oficialmente esta alegação em 2019 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2028; World Health Organization, s. d.).

Ademais, essa ideologia justifica e naturaliza a hierarquia de gênero, podendo ser vista como uma forma de estruturar o poder, trazendo possibilidades distintas para cada pessoa.

³ Nesse artigo, o termo “*Ocidente*” foi utilizado para referir a perspectiva histórico-política da colonização belga que impôs padrões binários de gênero na República Democrática do Congo. Essa comparação enfatiza que a relação com o corpo e as pessoas ao redor eram diversa na RDC, e não necessariamente ligadas com o conceito de “homem” e “mulher”. Além disso, remonta mais uma estratégia utilizada na escravização para além dos corpos, e promove uma violenta tentativa de apagamento da cultura local e práticas ancestrais.

Para autores como Galtung (1990), a linguagem é uma forma de refletir e reproduzir as existências das relações de dominação e submissão, estando diretamente ligada às violências físicas, estruturais e culturais. A determinação de estereótipos, portanto, pode ser compreendida como um tipo de violência que oprime e oferece oportunidades desiguais de ser e viver, sendo necessário desestabilizar e romper com esses paradigmas. Por exemplo, mulheres também podem se utilizar de recursos violentos, eventualmente se armando e participando como combatentes em guerras por seus próprios direitos. Ainda que este comportamento seja considerado atípico delas e que, durante a história, tenham sido enraizados estereótipos na tentativa de deslegitimar que “elas também querem e podem lutar pelos seus direitos”, buscando explicações outras como o instinto materno, expondo-as às mais cruéis facetas relacionadas a problemas mentais e falta de sexo (CONFORTINI, 2006; SJOBERG; GENTRY, 2007; OYĚWÙMÍ, 2021).

Para além disso, lutar por uma igualdade de gênero sempre foi pauta das mulheres desde que essa estrutura de poder foi estabelecida, mesmo que só tenha sido mais reconhecida como tal no século XIX, a partir do chamado Movimento Feminista. Vale destacar que o feminismo passou por mudanças com o passar do tempo, de um movimento liberal que só atendia as demandas de mulheres cis, brancas e ricas para feminismos, com diversas vertentes, a fim de englobar mulheres de todas as interseccionalidades, bem como uma luta que busca igualdade para todos que desafiam o sistema atual. Essa ampliação no movimento entendeu que, na mesma medida que a categoria “Mulher”, a do “Homem” também deve ser reconstruída, pois nessa estrutura um é intrínseco ao outro, sendo mais do que necessário a participação destes na luta por uma sociedade mais justa e igualitária (ADICHIE, 2014; GONZALES, 2020; HOOKS, 2018; HOOKS, 2019).

Durante a evolução do movimento feminista, mulheres negras já lutavam para que seus direitos fossem incorporados. “E eu não sou uma mulher?” foi a pergunta feita junto ao discurso improvisado por Sojourner Truth, uma ex-escravizada, na Convenção das Mulheres em Akron, Ohio, em 1827, onde se discutiam as próximas pautas do movimento. O questionamento foi importante para que aquelas mulheres entendessem que nem todas estavam sofrendo pelos mesmos conflitos, e que pessoas que ocupam camadas sociais diferentes sofrem diferentes tipos ou níveis de violência de formas diferentes. Esse conceito é denominado Interseccionalidade, entendendo que as diversas características dos seres

humanos não interferem na vida do indivíduo separadamente e quanto mais distante do padrão Homem cis, branco e rico, mais propensa a pessoa pode ser atingida por uma violência física, estrutural e cultural. No feminismo, esse termo é essencial para compreender que as experiências das mulheres em relação às estruturas opressoras são complexas e variadas, sendo necessário analisar as questões de gênero de forma interconectada com as questões de raça, classe, entre outros. É necessário reconhecer este ponto na luta feminista, propondo uma abordagem inclusiva que leva em conta as diferentes formas de opressão, promovendo uma visão mais abrangente do feminismo, que luta não apenas para a igualdade de gênero, mas também pela justiça social, independentemente de suas interseccionalidades (hooks, 2018; hooks, 2019; Ribeiro, 2019).

Na tentativa de incluir todas e não haver mais rivalidades femininas, a vertente liberal advoga pela *sororidade* entre as mulheres, entendendo que todas fazem parte de uma mesma luta e, por isso, não deveriam haver divergências internas. Porém, esse termo pode ser utilizado para o apagamento de interseccionalidades, uma vez que entende todas as mulheres como iguais e acaba desconsiderando que os problemas enfrentados por mulheres negras vão além da equidade de gênero. Entendendo isso, o Feminismo Negro adota a *doloridade* como união das mulheres negras, compreendendo-as enquanto irmãs de luta e de dor. O conceito explora todas as vivências tidas por ser mulher e ser negra; todas as dores existentes por parte de sua história e ancestralidade como vítimas do colonialismo, massacres, exploração, estupros e, mesmo nos dias atuais, com os preconceitos contínuos. Mulheres negras são irmãs dessa dor, que é encontrada no olhar de quem já vivenciou aquilo, infelizmente, mais de uma vez (AKOTIRENE, 2021; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019).

Um dos principais exemplos dessa dor é o racismo, que, embora frequentemente associado a atos diretos e explícitos de discriminação, transcende ações físicas e intencionais, que representam apenas a “ponta do iceberg” das formas pelas quais pode ser vivenciado. Esse entendimento é ilustrado na animação *Homem-Aranha: Através do Aranhaverso* (2023), segundo filme protagonizado por Miles Morales, um jovem negro que se torna um super-herói após ser picado por uma aranha que originalmente não lhe era destinada. Essa premissa conecta dois pontos centrais da obra ao tema do racismo estrutural abordado nesta pesquisa.

O primeiro ponto ocorre quando Miles é excluído da convenção dos Homens-Aranha, conhecida como "Aranhaverso", pelo fato de que a origem de seus poderes não corresponde

ao cânone dos demais. Esse momento evidencia a experiência de não-pertencimento, comum para pessoas negras em espaços predominantemente brancos. Apesar de Miles ter se apropriado e evoluído em seu papel como o Homem-Aranha do Brooklyn, ele é marginalizado, e a situação se agrava quando se revela que quem o excluiu é Miguel O'Hara, uma personagem também não-branca, que adquiriu seus poderes de forma diferente dos demais. Esse cenário exemplifica como o racismo estrutural, assim como outras formas de opressão, pode ser perpetuado até mesmo por aqueles que também sofrem seus constrangimentos, reproduzindo padrões de exclusão e discriminação. O segundo ponto é a aplicação do conceito do afrofuturismo na história de Miles: embora seu destino original não fosse ser o Homem-Aranha, ele modifica o presente para construir um novo futuro. Essa filosofia africana, que sustenta a ideia de que pequenas mudanças no presente têm o poder de transformar o futuro, reflete-se na trajetória de Morales que, ao contrário de sua contraparte na Terra 42, assume a identidade de super-herói em vez de anti-herói, personificando o poder da reinvenção e resistência.

A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO,

Assim como Miles Morales desafia as barreiras impostas para construir sua própria identidade e ocupar um espaço que inicialmente lhe era negado, a República Democrática do Congo (RDC) também percorre uma trajetória de resistência e reinvenção por sua história. A história do país é marcada pelo processo de colonização violenta e pelas explorações, como no caso da Conferência de Berlim, em 1885, quando o Estado Livre do Congo foi concedido para o rei belga Leopoldo II. Somente 75 anos depois o país teve declarada a sua independência, elegendo Patrice Lumumba como primeiro-ministro - que foi assassinado pouco tempo depois. Um golpe de Estado foi efetuado em 1965 e gerido por mais de trinta anos por Mobutu Sese Seko, período este marcado por muita violência e repressão aos seus opositores. O regime teve seu declínio no começo da Primeira Guerra do Congo (1996-1997), levando Laurent-Désiré Kabila ao poder (Conselho de Segurança, 2003; Conselho de Segurança, 2012; Rossi 2022; Rossi, 2023).

Um ano após o conflito, teve início a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), envolvendo outros diversos países da região, causando tensões e uma crise humanitária que

perdura até os dias atuais. Em 2003, a ONU interveio por meio da Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC, atual Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização na República Democrática do Congo- MONUSCO) na tentativa de construir uma paz e proteger os civis. Porém, a partir de 2009, a República passou a enfrentar diversos desafios com grupos armados como Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) e o Movimento 23 de Março (M23), causando novos deslocamentos forçados, destruindo a pouca paz construída, tendo casos de estupro como arma de uma guerra e criando uma grande instabilidade política no país (Conselho de Segurança, 2003; Conselho de Segurança, 2012; Rossi 2022; Rossi, 2023).

Nestes contextos de extrema das violências, há Organizações Não Governamentais que atuam com a ONU no sentido de promoverem a Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Dentre elas, na RDC, a ONG Working Group on Women, Peace and Security realiza a implementação da Agenda desde 2007. A ONG elabora relatórios a serem encaminhados à ONU como forma de analisar a situação e avaliar a efetividade da Agenda no país.

Trinta e cinco relatórios de 2007 a 2015 foram analisados, o que permitiu uma visão mais abrangente de como a ONG avalia os resultados da implementação da Agenda. No quadro a seguir são apresentadas as principais recomendações para o Conselho das Nações Unidas perante os desafios enfrentados:

Quadro 1 - Recomendações da ONG para a ONU

Recomendações	Quantas vezes a mesma recomendação foi feita?	Quando aconteceu?
Implementar a Agenda MPS de forma integral nas Operações de Paz (OP)	6	Out, 2007; Nov, 2008; Jan, 2015; Set, 2015; Out, 2015, Dez, 2015.
Acabar com a impunidade dos crimes, principalmente os de Violência Sexual e de Gênero (VSG) e obter processos com imparcialidade e transparência	16	Out, 2007; Out, 2009, Dez, 2009; Mai, 2010; Nov, 2011; Dez, 2011; Jun, 2012; Set, 2013; Dez, 2013; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Ajuda para proteção de civis em deslocamento forçado ou conflitos armados	20	Nov, 2008; Dez, 2009; Set, 2010; Dez, 2010; Jun, 2011; Nov, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Jun, 2013; Dez, 2013; Dez, 2014; Fev, 2015; Mar, 2015; Agos, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Participação das mulheres em debates e tomadas de decisão para construção da paz e futuros e desarmamento.	20	Nov, 2008; Out, 2009; Mai, 2010; Set, 2010; Jun, 2012; Out, 2012; Mar, 2013; Jun, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Proteger mulheres e meninas de violências sexual e de gênero, com foco nas defensoras dos Direitos Humanos e reunir dados, com a integração de gêneros nos relatórios.	22	Nov, 2008; Out, 2009; Dez, 2009, Mai, 2010; Nov, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Ajuda e assistência humanitária e cumprimento dos Direitos Humanos nas Operações de Paz	19	Abr, 2010; Mai, 2010; Jun, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Jun, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Mudanças na organização e construção das Operações de Paz, com mais fiscalização nos processos	9	Dez, 2010; Jun, 2011; Nov, 2011; Jan, 2013; Set, 2013; Jan, 2014; Jan, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Direito ao sufrágio feminino e participar de forma integral dos processos políticos e eleitorais	4	Nov, 2011; Mar, 2015; Set, 2015; Dez, 2015.
Implementação da Virada Local nas Operações de Paz e engajamento da sociedade local	3	Jun, 2012; Jan, 2015; Out, 2015.
Ajuda na distribuição de alimentos	1	Jan, 2015.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os relatórios, é possível analisar uma repetição em algumas recomendações, como *“Proteger mulheres e meninas de violências sexual e de gênero, com foco nas defensoras dos Direitos Humanos e reunir dados, com a integração de gêneros nos relatórios”*, mencionado vinte e duas vezes em diferentes relatórios. O mesmo acontece com *“Participação das mulheres em debates e tomadas de decisão para construção da paz e futuros e desarmamento”* e *“Ajuda para proteção de civis em deslocamento forçado ou conflitos armados”* com vinte repetições cada. A partir disso, compreende-se que: primeiro, os problemas focados eram os mesmos; e, segundo, esses problemas nunca eram resolvidos.

Além disso, nenhum relatório possui interseccionalidade de raças ou etnias e ainda no início da abordagem da ONG a abordagem de gênero ainda era pouco tratada, mesmo com a implementação da Agenda MPS. Cabe ressaltar que a RDC possui um passado colonial ainda muito vivo e que as violências sofridas ainda reverberam nos dias atuais, principalmente no racismo físico e estrutural pois como é desenvolvido durante o texto pessoas não-brancas também podem cometer esses atos. Nesse sentido, inserir a raça e etnia nos arquivos realizados tanto pela ONG como pela ONU ajudariam a entender os níveis em que a violência já atingiu no país, uma vez que pessoas com diferentes interseccionalidades sofrem de formas diferentes em um mesmo conflito e os estereótipos sexualizados criados sob a racialização de um povo, sobretudo as mulheres negras, como objetos de prazer antes de serem identificadas como seres humanos contribui para o alto avanço das estatísticas de VSG porque independente de quem atua nessa violência repete o que foi feito durante anos de colonização pelos belgas.

A ONU possui diversas lacunas na implementação da Resolução 1325, mas as críticas apresentadas pela Working Group on Women, Peace and Security seguem as mesmas diretrizes, também sendo circulares, verticais e excludentes. Por mais importante que seja o trabalho de campo e ajuda humanitária realizado pela Organização Não Governamental, a falta de inserção de raça nos debates é grave por se tratar de um país predominante negro, prevalece uma perspectiva liberal na implementação da Agenda.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, CHIMAMANDA N.BAUM, C. D. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BELL, Sarah; KOTECHA, Sima. BBC News. Relatos de abusos sexuais na ONU foram ignorados, dizem denunciante. 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61877693#:~:text=O%20document%C3%A1rio%20The%20Whistleblowers%3A%20Inside%20the%20UN%2C%20da,de%20se%20manifestarem%20%E2%80%94%20alguns%20foram%20demitidos>> Acesso 04 de nov de 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em 31 de Outubro de 2024.
- CONFORTINI, C.C. **Galtung, Violence, and Gender- The case for a Peace Studies and feminism alliance**. Julho de 2006.
- GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- FRASER, Nancy. **Destinos do Feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- GONZALEZ, L. **POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 26 Out. 2020.
- HOMEM-ARANHA: **Através do Aranhaverso**. Direção de Joaquim Dos Santos, Kemp Powers e Justin K. Thompson. Produção de Phil Lord, Christopher Miller. Sony Pictures Animation, 2023.
- HOOKS, B. **O Feminismo é Para Todo Mundo**. 16ª edição. Roda do Ventos, LTDA, 2018. Acesso em Novembro, 2023.
- HOOKS, B. **E EU NÃO SOU UMA MULHER?** [s.l.] Editora Record, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1325 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2000. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES1325%20.pdf>. Acesso 25 de Abril de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **DRC S/2003/566**. Nova York: Security Council Report, 2003. Disponível em:

<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202003%20566.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1888 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2009. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201888.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 1889 (2009) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2009. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1889_2009_on_wps_-english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1960 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2010. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201960.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **DRC S/2012/65**. Nova York: Security Council Report, 2012. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202012%2065.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 2106 (2013) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2013. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_2106_2013_on_wps_english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documentação do Conselho de Segurança (S/2013/523/44)**. Nova York: United Nations, 2013. Disponível em:
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n13/523/44/pdf/n1352344.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 2242 (2015) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2015. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_2242_2015_on_wps_english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ONU MULHERES BRASIL. **Paz e segurança**. 2000. Disponível em:
<https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/#:~:Em%202000%2C%20o%20Conselho%20de%20servi%C3%A7os%20para%20enfrentar%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso 25 de Abril de 2024.

OYĚWÙMÍ, O. **A INVENÇÃO DAS MULHERES**. [s.l.] Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

ROSSI, Maria Eduarda Kobayashi. **Barreiras para a paz sustentável e inclusiva: um estudo sobre as raízes dos conflitos na República Democrática do Congo**. Relatório da Bolsa de Estágio à Pesquisa no Exterior (BEPE) financiada pela Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2022/01182-4. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, 2023.

ROSSI, Maria Eduarda Kobayashi. **“Turning pain to power”: a Cidade da Alegria na construção da paz na República Democrática do Congo (2011-2020)**. Relatório Final de atividades submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2021/04480-3. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2022.

RIBEIRO, DJAMILA. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Sp: Companhia Das Letras, 2019a.

SJOBORG, Laura; GENTRY, Caron E. **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. Londres: Zed Books, 2007.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Statement on UNSC WPS Open Debate, Oct. 2007**. Women, Peace and Security, 2007. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/statement-unsc-wps-open-debate-oct-2007/>. Acesso em: 1 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Letter to the SG DRC, November 2008**. Women, Peace and Security, 2008. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/letter-sg-drc-november-2008/>. Acesso em: 5 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2009/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2009/>. Acesso em: 28 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2009/>. Acesso em: 1 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, April 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-april-2010/>. Acesso em: 3 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, May 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-may-2010/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2010/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2011/>. Acesso em: 10 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2011/>. Acesso em: 3 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2011/>. Acesso em: 22 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2012/>. Acesso em: 15 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2012/>. Acesso em: 2 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Open Letter on UNSC WPS Anniversary, October 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/open-letter-unsc-wps-anniversary-october-2012/>. Acesso em: 6 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2012/>. Acesso em: 12 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2013/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2013/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2013/>. Acesso em: 17 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2013/>. Acesso em: 8 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2013/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2014**. Women, Peace and Security, 2014. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2014/>. Acesso em: 2 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2014**. Women, Peace and Security, 2014. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2014/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2015**. Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2015/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Trends & Recommendations UNSC 2013-2014, January 2015**. Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/trends-recommendations-uns-2013-2014-january-2015/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Statement on UNSC Protection of Civilians Open Debate, January 2015**. Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/statement-uns-2013-2014-january-2015/>. Acesso em: 2 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Refugees International Report on Congolese Women**. Refugees International, 2015. Disponível em: <https://www.refugeesinternational.org/reports-briefs/congolese-women-what-happened-to-the-promise-to-protect/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2015**. Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2015/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Oxfam Report on Insecurity in DRC**. Oxfam, 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/secure-insecurity>. Acesso em: 5 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **HRW Report on 1325 Implementation, Rights Denial**. Human Rights Watch, 2015. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting_resources/our_rights_are_fundamental_to_peace.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2015**. Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2015/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **HRW Report on DR Congo Atrocity Victims**. Human Rights Watch, 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/10/01/dr-congo-atrocity-victims-deserve-better-justice>. Acesso em: 14 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2015/>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Gender incongruence and transgender health in the ICD.** Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/frequently-asked-questions/gender-incongruence-and-transgender-health-in-the-icd>. Acesso 17 de Março de 2024.

Colonização e Genderwashing: Explorando o Legado das 'Mulheres De Conforto' e do Imperialismo Japonês no Feminismo Contemporâneo

Júlia dos Santos Paz¹

Resumo

O presente artigo discorre sobre as limitações do feminismo contemporâneo ao não incorporar uma abordagem pós-colonial, resultando no crescimento de fenômenos como o *genderwashing* no sistema internacional, exemplificado pelo Estado do Japão. O governo japonês promove abordagens supérfluas na promoção de questões de gênero, evidenciando a ineficácia dessa expressão feminista ao marginalizar as mulheres subjugadas pelo sistema de conforto. Essa temática será abordada mediante a uma análise do sistema de conforto e seus efeitos que é essencial para compreender a marginalização das dimensões interseccionais e decoloniais da Teoria Feminista, bem como o conceito de colonialidade de gênero. Além disso, discute-se sobre a luta do revisionismo japonês para silenciar o movimento de recordação das sobreviventes. Dessa forma, procura-se destacar a desumanização das violências geradas em uma condição colonial e avaliar a necessidade de descolonização do feminismo para combater o *genderwashing* e alcançar a verdadeira libertação das sobreviventes na busca pelos seus direitos à memória, à verdade e à reparação.

Palavras-chave: Mulheres de Conforto; Teoria Feminista; Descolonização; Japão; Movimento de Reparação.

Em 17 de dezembro, perto de Judicial Yuan, uma jovem, depois de ser estuprada, foi esfaqueada por uma baioneta em seu abdômen. Em 17 de dezembro, em Sian Pu Wua, uma mulher de 40 anos foi levada e estuprada. Em 17 de dezembro, no bairro de Kyih San Yuin Lu, duas meninas foram estupradas por vários soldados. Em uma escola de ensino fundamental em Wu Tai Shan, muitas mulheres foram levadas e estupradas durante toda a noite e libertadas na manhã seguinte, no dia 17 de dezembro. (Tanaka, 1996, p. 80, tradução própria).

INTRODUÇÃO

O termo “mulheres de conforto” está distante de descrever algum tipo de conforto, ao intitular mulheres de variadas nacionalidades que foram traficadas para longe de seus lares e escravizadas para trabalhar como objetos sexuais nas chamadas “estações de conforto”, a que foram submetidas ao extremo da violência sexual, física e psicológica institucionalizada pelo Japão Imperial. Estima-se que aproximadamente 200 mil mulheres foram escravizadas para prover “conforto” aos militares japoneses através de múltiplos estupro diários de caráter

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada à linha de pesquisa “Política e Sociedade Internacional”. Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB), é membro do Grupo de Estudos sobre Gênero e Cultura Popular (GCP-Rel) e do Grupo de Pesquisa em Política Externa Brasileira (GEPEB-CEUB). Sua trajetória acadêmica compreende os campos da Teoria das Relações Internacionais, Estudos de Gênero, Direitos Humanos, Transição Digital, Meio Ambiente e Ásia Oriental.

individual e coletivo, sendo proibidas de se comunicar com sua língua materna ao mesmo tempo que eram assassinadas cruelmente ou faleciam em decorrência da tortura, fome, exaustão ou doenças (Myadar; Davidson, 2021).

As violências infligidas às mulheres das antigas colônias japonesas, demoraram a chamar a atenção mundial, devido aos esforços japoneses em destruir documentos sobre o sistema de escravidão sexual e em assassinar deliberadamente as mulheres que ainda estavam sujeitas aos horrores desse sistema. Outrossim, é importante notar como essa violência de gênero perpetua-se além do sistema, isto é, as mulheres no pós-guerra ainda se sentem “presas” e silenciadas, não apenas temendo retaliação do Japão, mas de suas próprias nações, revelando o verdadeiro controle que esse sistema patriarcal militarizado exerceu sobre essas sobreviventes (Myadar; Davidson, 2021).

Em vista disso, a onda de movimentos sociais que varreram o leste asiático nos anos de 1990, serviu como encorajamento para essas vítimas expressarem suas experiências como mulheres colonizadas ao público através do movimento de reparação. Por outro lado, foram confrontadas com a realidade da resposta do Japão, que se negou a reconhecer legalmente sua responsabilidade na institucionalização do sistema de conforto (Myadar; Davidson, 2021). Dessa forma, o presente estudo “Colonização e genderwashing: explorando o legado das “Mulheres de Conforto” e do imperialismo japonês no feminismo contemporâneo” propõe expor as fragilidades encontradas na teoria feminista ao carecer de uma perspectiva relacional com o pós-colonialismo, desencadeando fenômenos como o *genderwashing* (‘lavagem de imagem de gênero’), no qual exprime manifestações rasas na luta pelo avanço da igualdade de gênero, evidenciando a luta por reconhecimento das mulheres de conforto das ex-colônias japonesas pelo Estado do Japão.

O objetivo principal desse estudo é explorar como a ausência de uma perspectiva decolonial culmina na ineficácia do movimento feminista em situações do tipo, uma vez que a falta de descolonização limita sua capacidade de abordar as realidades opressivas que as mulheres enfrentam dentro de contextos pós-coloniais.

Destarte, é apresentada a história do sistema de conforto, com foco no papel das mulheres de conforto como sujeitos históricos. Em seguida, é brevemente abordado como as agendas políticas muitas vezes desviam o foco das questões de gênero para objetivos nacionalistas. Além disso, é explorada a tentativa do Japão de moldar sua reputação global e a

recusa das vítimas em aceitar as reparações oferecidas pelo governo japonês. A pesquisa também examina a importância de uma abordagem interseccional para entender as complexidades das experiências das mulheres de conforto, considerando as intersecções entre gênero, patriarcado e poder. Desse modo, o estudo procura refletir em relação a violência sexual afligida pelo poderio militar japonês nas mulheres de conforto durante a Segunda Guerra Mundial, que encontra-se de muitas formas obliteradas da memória coletiva, sendo necessário evidenciar que esse fenômeno tem um fundo proposital, fortalecido pelas autoridades japonesas, invisibilizando a árdua busca das vítimas pelo reconhecimento dos estupros experienciados.

ESTRUTURA METODOLÓGICA E ANÁLISE TEÓRICA

Este trabalho adota uma metodologia feminista interseccional, utilizando teorias pós-coloniais e críticas de modo qualitativo e pluralístico para avaliar desigualdades de gênero e propor mudanças (Ackerly; True, 2010). Levando isso em conta, a pesquisa utiliza o método de estudo de caso por valorizar a análise de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto especificado de forma que lida com os efeitos sobre um acontecimento histórico na contemporaneidade, enquanto baseia-se em fontes de meios diversificados (Yin, 2001). Assim, a análise teórica propõe-se a expor as fragilidades encontradas na teoria feminista ao carecer de uma perspectiva relacional com o pós-colonialismo, desencadeando fenômenos como o *genderwashing*, no qual exprime manifestações rasas na luta pelo avanço da igualdade de gênero, evidenciando a falta de reconhecimento das mulheres de conforto pelo Estado do Japão.

Portanto, o presente estudo interpreta as ideias expressas por Anne Runyan (2018), sobre a busca da descolonização do feminismo na política mundial, em uma linha de pensamento feminista transnacional, expondo os aspectos coloniais ainda presentes no feminismo, assim como, a negligência desse colonialismo significou ignorar as formas de violência que causa. Destarte, reflete-se sobre o efeito da lógica genocida da colonialidade de poder, que afeta instituições, identidades e relações ao impor padrões patriarcais e desumanizar as vítimas do imperialismo. Então, procedendo a explicar como o pensamento decolonial busca desnaturalizar essa desumanização encontrada em diversos contextos coloniais, procurando dessas violências geradas, um processo de revitalização e recordação,

em uma busca pelo reconhecimento das violências sofridas, demonstrando como o Japão, ao negligenciar o colonialismo e não reconhecer as violências causadas que afetam os aspectos da vida dessas mulheres, representa uma lógica genocida da colonialidade de poder, ao submeter identidades à violência sexual e desumanização perpétua.

Diante disso, o feminismo transnacional para Hundle *et al* (2019), surge para descentralizar ideias feministas ocidentais, promovendo um pensamento feminista plural, com enfoque na urgência da imprescindibilidade de uma visão interseccional nos estudos de gênero, ou seja, no desenvolvimento de uma extensão radical do feminismo pós-colonial, englobando contextos geográficos diversos, objetivando uma Teoria de Gênero que aborda vozes diversas em diferentes lugares. Assim, Min Ji Kim (2019) reafirma a profunda conexão entre o nacionalismo com a violência estrutural do próprio, patriarcado sul-coreano, refletindo sobre o domínio da hegemonia masculina da Coreia do Sul que possibilitou o silenciamento das mulheres de conforto, revelando também, como a hierarquia de gênero sul-coreana que é tomada por noções exploratórias e desiguais de origem confucionista, facilitou a construção do sistema de conforto e legitimou a violência sexual dessas mulheres.

Com base nessas obras analisadas, é possível observar a consistência de uma variedade de perspectivas epistemológicas, que objetivam entender a Teoria Feminista em geral como uma metodologia que perde seu objetivo ao se concentrar puramente nas agendas feministas ocidentais, portanto, sendo necessário se tornar um estudo pós-colonial, que critica as estruturas existentes devido a um legado colonial, mas que também busque seu processo de descolonização e transnacionalização.

CONTEXTO HISTÓRICO: O SISTEMA DE CONFORTO COMO LEGADO DE DOMÍNIO IMPERIALISTA

A fim de entender as agitações e os tumultos provocados pela crescente visibilidade da questão do sistema de conforto, é necessário aprender sobre a sua história durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, compreende-se o papel das mulheres de conforto como sujeitos históricos, consonante a uma utilização da ótica feminista para refletir acerca dos efeitos do estupro de caráter colonizador-colonizado em um cenário de guerra, e como a natureza sexista e xenofóbica do Japão foi crucial para o estabelecimento dessa estrutura.

No livro “‘Mulheres de conforto’ coreanas: bordéis militares, brutalidade e o

movimento de reparação” de Pyong Gap Min (2021), fornece um panorama detalhado — com base em evidências divulgadas internacionalmente ao longo dos anos — sobre o papel pivotal do Império do Japão no planejamento e na consolidação das chamadas “estações de conforto”. Conforme demonstrado por Byung Jik Ahn (2013), em “Diário de um Supervisor de uma Estação de Conforto Militar Japonesa”, o recrutamento de mulheres para as estações de conforto contou com a coordenação do governo-geral japonês na Coreia entre 1942 e 1943. Nesse mesmo contexto, Hirofumi Hayashi analisou documentos oficiais, como o “Relatório de Pesquisa da Seção de Tradutores e Intérpretes das Forças Aliadas nº 120: Amenidades nas Forças Armadas Japonesas” (1945), os quais identificam membros do Exército Imperial envolvidos na gestão administrativa das estações e descrevem a exploração das vítimas segundo critérios como nacionalidade, batalhão militar e dia da semana (apud Min, 2021, p. 74).

Destarte, no cenário da Guerra do Pacífico e da Segunda Guerra Mundial, o Japão Imperial se sobressai nas invasões e ocupações na China, porém, foi apenas após o *Massacre de Nanjing* em 1937, que o exército japonês começou uma escalada total para a construção, operacionalização e tráfico de mulheres para as “estações de conforto”. Ademais, também conhecido como *Estupro de Nanjing* causou choque internacional pela profunda brutalidade do estupro e do massacre de centenas de mulheres chinesas como relata o britânico Iver Mackay, um residente de Nanjing, no Tribunal de Crimes de Guerra de Tóquio:

Na noite de 15 de dezembro, vários soldados japoneses entraram nos prédios da Universidade de Nanjing em Tao Yuen e estupraram 30 mulheres no local, algumas por seis homens... [...] Em 17 de dezembro, perto de Judicial Yuan, uma jovem, depois de ser estuprada, foi esfaqueada por uma baioneta em seu abdômen. Em 17 de dezembro, em Sian Pu Wua, uma mulher de 40 anos foi levada e estuprada. Em 17 de dezembro, no bairro de Kyih San Yuin Lu, duas meninas foram estupradas por vários soldados. Em uma escola de ensino fundamental em Wu Tai Shan, muitas mulheres foram levadas e estupradas durante toda a noite e libertadas na manhã seguinte, no dia 17 de dezembro (Tanaka, 1996, p. 80, tradução própria).

O caso do *Estupro de Nanjing* motivou o Imperador do Japão, Hirohito, em planejar um sistema que supostamente serviria para “conter os desejos sexuais” dos soldados japoneses, isto é, um sistema de bordéis militares de escravidão sexual que seriam comandados por militares japoneses. Dessa forma, o sistema de conforto surgiu como uma alternativa de estupro legalizado e reconhecido pelas autoridades japonesas que vitimizou

mulheres colonizadas e as despojou de seus direitos humanos, posto isso, as autoridades japonesas utilizavam o sistema de conforto como uma moeda de troca pela contínua lealdade dos militares (Min, 2021).

Diante disso, o cotidiano dentro das estações de conforto revela a grande ironia expressa ao nome intitulado — dado o cenário de terror que viviam as mulheres sequestradas ou ludibriadas que eram forçadas a ter relações sexuais com os militares dos batalhões para onde eram traficadas. As vítimas eram de diferentes nacionalidades e costumavam ter entre 11 a 27 anos de idade e quando tentavam resistir ou fugir eram ameaçadas, torturadas e, às vezes, até assassinadas. Como relata o testemunho de Jeanne Ruff-O’Hearne, uma sobrevivente holandesa, que serviu em uma estação de conforto em Semarang, uma cidade localizada na ilha de Java, na Indonésia:

Todas as noites eu tentava me esconder em um lugar diferente, mas sempre era encontrada e depois arrastada para o meu quarto depois de espancamentos severos. Toda vez que os japoneses me estupravam, eu tentava combatê-los. Nunca nenhum japonês me estuprou sem uma briga e uma luta violenta. Muitas vezes ameaçaram me matar, muitas vezes me espancaram severamente. Não me lembro exatamente quanto tempo ficamos no bordel de Semarang, mas foram pelo menos três meses. Acho que não conseguiria continuar por mais tempo. Durante esse tempo, os japoneses abusaram de mim e me humilharam. Eles arruinaram minha juventude. Eles me despojaram de tudo, da minha autoestima, da minha dignidade, da minha liberdade, dos meus bens, da minha família (Tanaka, 1996, p. 93-34, tradução própria).

Dado o depoimento acima da sobrevivente, é possível observar um dos muitos territórios colonizados pelo Japão Imperial que alojaram as estações de conforto. Sendo a primeira estação oficialmente estabelecida, em 1932, em Xangai, na China, e rapidamente ampliando-se para a Manchúria e Mongólia, antes de estender-se para outros territórios conquistados, como: a Coréia do Norte e do Sul, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Singapura, Malásia, Taiwan, entre outros nações que acomodaram o constante tráfico de mulheres, realocando-as entre as estações e os países (Min, 2021).

Desse modo, é possível observar como o sistema de conforto foi moldado por uma perspectiva colonial, ao se tornar um caso sem precedências na história mundial de um sistema de escravidão sexual controlado pelo Estado, reivindicando como alvos as mulheres de suas colônias, já que eram vistas como objetos ideais para compor seu sistema de exploração sexual ao rotulá-las como seres inferiores com base em uma lógica de ideologia nazista, como atesta a promulgação da Lei Nacional de Eugenia, em 1940, que procurava

impedir a miscigenação do povo japonês com outras nacionalidades consideradas “inaptas”.

Consequente, o estupro dentro de um contexto colonizador-colonizado se torna uma maneira do colonizador — neste caso, dos militares japoneses — de reafirmar sua dominação por meio da violação dos corpos das mulheres colonizadas. E em um ato visto pelo coletivo patriarcal imperialista como “admirável” ao também objetivar como uma humilhação aos homens colonizados — ao tomarem posse de seus objetos, ou seja, as mulheres colonizadas — nesse entendimento a mulher se torna apenas um objeto de disputa de posse aos homens, onde sua existência se faz ao mesmo tempo presente e ausente dentro da cultura da guerra, ao se tornar uma expressão de dominância masculina (Tanaka, 1996).

Tais concepções também são exploradas por Gray *et al* (2019) ao reconhecerem que a violência sexual é favorecida dentro do contexto social, político e cultural — tal como as ideias heteropatriarcais das sociedades de fundação confucionista do leste asiático — e se torna um instrumento de destruição e isolamento do senso de humanidade, comunidade, e por fim, do próprio pertencimento da mulher no mundo ao reduzir o próprio valor da mulher como pessoa. Portanto, caracteriza-se a violência sexual como uma violência de gênero ao ter como intuito a devastação da mulher como um conceito geral, por serem representantes do gênero e de grupo colonizado.

Ao explorarmos as noções de violência sexual em um contexto de guerra, nos proporciona uma melhor compreensão sobre os traumas vivenciados pelas vítimas e suas motivações para uma longa e árdua jornada para o devido reconhecimento. E, assim, procurando combater ativamente o desaparecimento de suas experiências da história mundial — combatendo fortemente as ondas negacionistas japonesas — e mais importante, a consequente recuperação psicológica das sobreviventes ao conseguirem retomar as rédeas de suas próprias narrativas ao assimilar o poder político atrelado a elevação de suas vozes no movimento de reparação (*'redress'*), estabelecendo-se como sujeitos históricos.

DESAFIOS DO FEMINISMO DECOLONIAL NO LESTE ASIÁTICO

Levando em conta a importância dos sentimentos nacionais em torno do debate das mulheres de conforto, torna-se necessário a reflexão sobre a apropriação das histórias das vítimas pelos movimentos nacionalistas da China e da Coreia do Sul, marginalizando o cunho feminista do movimento de reparação. Logo, roubando a narrativa de violência do governo japonês contra essas mulheres e a convertendo à uma de violência do Japão Imperial contra a

nação sul-coreana, demonstrando o caráter patriarcal e nacionalista presente nesses governos, que se apropriam das histórias das sobreviventes e reproduzem outro tipo de violência ao silenciá-las (Vickers, 2021)

À vista disso, se compreende a relutância das vítimas diante das medidas de reparação que já foram oferecidas pelo Japão, visto que inicialmente o governo japonês negou qualquer envolvimento na criação do sistema de mulheres de conforto. Entretanto, mais tarde houve uma série de “perdões oficiais” entre os anos de 1992 a 1995, reconhecendo superficialmente o envolvimento dos militares japoneses no sistema. Contudo, o governo japonês não considerava necessário reparações para essas vítimas, citando cláusulas ambíguas do *Tratado Básico de Relações entre Japão e Coreia do Sul*, de 1965, que determinava de forma vaga que o governo sul-coreano seria impedido de solicitar o direito por reparações pelas ações do Japão Imperial, em seu território, em troca de apoio econômico do Japão.

Além disso, durante os anos de 1990, o governo japonês tentou realizar doações de maneira privada para as sobreviventes, porém, tal plano se revelou degradante ao não consultar o que as vítimas gostariam de receber como reparação. Sendo amplamente criticado pelo tom diretamente insincero do Japão ao aparentar ser um tipo de suborno para silenciar esses crimes de guerra. Entretanto, apesar do caráter desonesto, cerca de 364 sobreviventes aceitaram os pagamentos, uma vez que a maioria dessas mulheres viviam em carência econômica e às margens da sociedade (Ushiyama, 2021).

Apesar dos inúmeros perdões e subornos insinceros, um dos raros reconhecimentos parciais da responsabilidade japonesa pelo sistema de conforto ocorreu por meio da *Declaração de Kono*, pronunciada em 1993 pelo então Secretário-Chefe do Gabinete, Kono Yohei. Porém, após vinte anos da declaração, é inegável a virada de mesa que políticos, como Abe Shinzo — ex-primeiro Ministro do Japão — realizaram na construção de uma versão distorcida da história do pós-guerra, ao atacar diretamente as vítimas e censurar homenagens a respeito de suas memórias. Demonstrando como o Japão diferencia-se no cenário mundial em relação às suas políticas pós-guerra, na medida em que fortalece medidas negacionistas e a censura nos livros didáticos em escolas (Muneo, 2012).

Então, demonstrando que para que haja uma verdadeira reconciliação e reconstrução das relações diplomáticas é necessário um pedido de perdão oficial, acompanhado de uma compensação previamente planejada com as sobreviventes e de um esforço diplomático para

a recordação desse passado. Logo, ressaltando a falta de reconhecimento das mulheres de conforto pelo Estado japonês e sua abordagem superficial em relação aos direitos das mulheres no cenário internacional — *genderwashing* — numa tentativa de manter sua reputação e encobrir seu violento passado colonial, e como, desse modo, é criada uma espécie de “realismo patriarcal” no qual o feminismo serve de instrumento para lavar a imagem dos agentes patriarcais de seu colonialismo, conseqüentemente reforçando seu poder de dominação corrente, à vista disso, gerando um esvaziamento do ideal feminista, tornando-o ineficaz perante a falta de sua decolonização (Fisher, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao questionarmos em que medida o feminismo contemporâneo abrangeu dimensões interseccionais e decoloniais, se torna importante finalizar essa análise, a partir das concepções de Mazzuoli (2021) no capítulo “Leis de Autoanistia e Justiça de Transição”. Para o autor, em uma verdadeira busca de um futuro de esperança e respeito dos direitos humanos, é necessário abordar corretamente o passado de violência, através de um conjunto de mecanismos — jurídicos e não-jurídicos — para responsabilizar os violadores e garantir a efetividade da proteção internacional dos direitos humanos. Dessa forma, a falta de controle da convencionalidade do Japão à ordem jurídica internacional, representa uma violação gravíssima, mas também, é um modo de realizar *genderwashing* diante ao sistema internacional, ao afirmar comprometimento aos direitos das mulheres.

Logo, esta pesquisa buscou sinalizar o papel pivotal da teoria pós-colonialista dentro do feminismo contemporâneo, através do dever contínuo para a construção de uma agenda feminista de caráter interseccional, de forma a confrontar o paradoxo criado no Leste Asiático — regime patriarcal mascarado por manifestações pró-gênero — em tentativa de desaparecimento das violências infligidas às vítimas do sistema de conforto. Portanto, mostrando-se necessário criar uma transformação autêntica das RI que possibilite ferramentas de libertação para as mulheres em diversificados contextos pós-coloniais, demandando o tratamento do campo da pesquisa, como um campo de ação política, livrando-se das amarras criadas pela colonialidade de poder ao desafiar a hegemonia (Kusnierkiewicz, 2019).

A escassez da ênfase transnacional dessas violências e a perpetuidade da masculinidade tóxica e desempoderamento feminista na Ásia, foram aspectos fundamentais

para o surgimento do sistema de mulheres de conforto. Por consequência, se torna crucial a não-relativização desse tema em esperança de uma resposta proativa do Japão, e desse modo, compreender a importância de uma perspectiva de feminismo decolonial para obter a libertação e reparação dessas mulheres diante de um Estado que se manifesta a favor do direito das mulheres, mas que não abrange o próprio legado imperialista (Vickers, 2021).

REFERÊNCIAS

- ACKERLY, Brooke A; TRUE, Jacqui. **Doing feminist research in political and social science**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2019.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GRAY, Harriet; STERN, Maria; DOLAN, Chris. Torture and sexual violence in war and conflict: The unmaking and remaking of subjects of violence. **Review of International Studies**, v. 46, n. 2, p. 197-216, 2020.
- HUNDLE, Anneeth K.; SZEMAN, Ioana; HOARE, Joanna P. What is the transnational in transnational feminist research?. **Feminist Review**, v. 121, n. 1, p. 3-8, 2019.
- KIM, Min Ji. Reparations for ‘Comfort Women’: Feminist Geopolitics and Changing Gender Ideologies in South Korea. **Cornell International Affairs Review**, v. 12, n. 2, p. 5-43, 2019.
- KONO, Yohei. **Kono Statement**. Ministry of Foreign Affairs of Japan, 1993. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/rp/page25e_000343.html. Acesso em: 10 de maio de 2024.
- KUSNIERKIEWICZ, Aleksandra. The coloniality of gender and the politics of difference. **E-International relations**, p. 1-8, 2019.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**, 10 ed. São Paulo: Método, 2021.
- MIN, Pyong Gap. **Korean "Comfort Women": Military Brothels, Brutality, and the Redress Movement**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021.
- MUNEO, Narusawa. Abe Shinzo, a Far-Right Denier of History. **The Asia-Pacific Journal**, v. 11, n. 1, p. 1, 2013.
- MYADAR, Orhon; DAVIDSON, Ronald A. Remembering the ‘comfort women’: geographies of displacement, violence and memory in the Asia-Pacific and beyond. **Gender, place & culture**, v. 28, n. 3, p. 347-369, 2021.
- RUNYAN, Anne. Decolonizing knowledges in feminist world politics. **International Feminist Journal of Politics**, v. 20, n. 1, pp. 3-8, 2018.

TANAKA, Yuki. **Hidden Horrors: Japanese War Crimes in World War II**. Boulder: Westview Press, 1996.

USHIYAMA, Rin. ‘Comfort women must fall’? Japanese governmental responses to ‘comfort women’ statues around the world. **Memory Studies**, v. 14, n. 6, p. 1255-1271, 2021.

VICKERS, Edward. Slaves to Rival Nationalisms: UNESCO and the Politics of “Comfort Women” Commemoration. **Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, v. 19, n. 5, p. 1-18, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RESENHA KIM JI YOUNG, NASCIDA EM 1982

Ana Laura Varoni¹

O livro *Kim Ji-young, nascida em 1982*, de Cho Nam-Joo, publicado em 2016, retrata as experiências de uma mulher sul coreana vivendo em uma sociedade patriarcal, a partir da perspectiva de seu psiquiatra, um homem. Inspirado na vivência da autora, que abandonou seu trabalho para ficar em casa depois de dar a luz, a obra retrata diferentes faces da violência de gênero presentes na vida cotidiana das mulheres sul coreanas da época, e vai além de um retrato histórico ou cultural, apresentando-se como um lembrete do que é ser mulher no patriarcado.

Kim Ji-young, o nome da protagonista, era comum entre as meninas da geração dos anos 80 na Coreia². Essa escolha pode ser vista como uma tentativa da autora de transformar a história em uma narrativa que representa quase todas as mulheres, gerando identificação entre elas. No entanto, a identificação vai além do nome; as situações descritas no livro são as mais comuns e aterrorizantes para se viver como mulher: discriminação e assédio no trabalho, dupla jornada sem reconhecimento e desigualdade de gênero em múltiplas faces.

A obra se destaca por incluir interseccionalidade entre gênero e classe. Cho Nam-Joo mostra como as questões socioeconômicas afetam as mulheres de maneira diferente dos homens. O pai de Kim era funcionário público e a mãe dona de casa, vivendo em uma casa de 35 m², compartilhada com a avó e os irmãos. Nesse contexto, as dificuldades de Kim aumentavam, a exemplo de gastos com educação priorizados para o irmão. A obra também ganha relevância ao usar referências reais, como dados estatísticos, para ilustrar as desigualdades enfrentadas pela personagem, como o desemprego e os trabalhos precários.

Também é muito explícito no livro a divisão entre a vida pública e a privada, ambas bem exploradas. No âmbito público, Kim e as mulheres ao seu redor enfrentam enormes dificuldades, como a busca e manutenção de um emprego, a conclusão de seus estudos e até mesmo a simples tarefa de caminhar pelas ruas sem medo de assédio. Na vida privada, as desigualdades não são menos cruéis: a discriminação com as mulheres está presente desde a

¹ Graduanda em Relações Internacionais na UNESP Franca. Integrante do IARAS. Pesquisadora PIBIC CNPq. E-mail para contato: ana.varoni@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3314470445499126>.

² De acordo com: BABYNAME. *Kim Ji-young*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20131020201918/http://www.babynome.co.kr/menu01_09.php?cate1=14&name=. Acesso em: 30 nov. 2024.

gestação. Por exemplo, as mães se desculparam ao saberem que esperam uma menina, os filhos homens têm prioridade na alimentação, educação e em oportunidades, e a responsabilidade pelo lar recai inteiramente sobre as mulheres.

Essa opressão, tanto no âmbito público quanto no privado, é sustentada por valores culturais que estão enraizados na sociedade coreana. A protagonista vive sua vida parcialmente consciente de que há injustiças sendo cometidas contra ela e suas semelhantes o tempo todo, mas por entender certas relações sociais e obrigações femininas como naturais, não consegue reconhecer na totalidade o que está errado. Essa sensação faz com que ela, aos poucos, perca suas perspectivas de futuro e o desejo de buscar realizações pessoais.

Além disso, o Estado também desempenha um papel crucial na perpetuação do machismo. O livro menciona o momento de implantação do planejamento familiar na Coreia, e relata que abortar meninas era comum, como se elas representassem um problema de saúde pública. Essa posição do Estado reforçava a ideia de posse do corpo feminino por instituições, empresas e agências de saúde. A frase “O mundo quer que nosso útero fique livre de drogas. Como o terreno sagrado de uma floresta virgem”³, dita no livro por uma personagem, reflete a estigmatização da feminilidade, especialmente da pureza, e o esforço do Estado para exercer controle sobre o corpo.

A resistência contra a opressão de gênero na obra é apresentada de forma silenciosa. A repulsa pelo assédio e outros tipos de agressões é reprimida, e as mulheres não falam abertamente sobre suas angústias, mas compartilham suas dores em silêncio, por meio de gestos e olhares. Essa dinâmica transforma a feminilidade em uma espécie de “inferno coletivo”, para todas que fazem parte desse grupo, e o máximo de apoio que recebem vem delas mesmas, ainda que de forma sutil.

Diferentemente, na atualidade, a história de Kim inspira movimentos coletivos e políticos de resistência. Em 2016, ano em que o livro foi publicado, a presidente da Coreia era Park Geun-Hye, cujo mandato foi marcado por um aumento da desigualdade de gênero e de crimes sexuais. No mesmo ano, Park sofreu impeachment por corrupção e uma mulher foi assassinada em Seoul por um homem que se sentia “ignorado” pelas mulheres. Esses eventos levaram a uma série de protestos que culminaram no #MeToo Movement coreano, contra o

³ CHO, Nam-Joo. *Kim Ji-young, nascida em 1982*. Tradução de Eunice Sposito. São Paulo: Editora Planeta, 2019.

assédio e agressão sexual. Nesse contexto, a obra funcionou como catalisador de uma nova onda feminista na Coreia por capturar um sexismo cotidiano e institucionalizado.

Na esfera política, o deputado Keum Tae-Sub presenteou 300 membros da Assembleia Nacional com o livro no Dia da Mulher em 2017, chamando atenção para a qualidade de vida das mulheres na Coreia. Além disso, em 2023, a deputada Kim Su-min apelidou sua emenda à lei de igualdade de gênero como “Lei Kim-jiyoung”.⁴

Dessa forma, é visível o impacto do livro no discurso político coreano e como a obra transcende o espaço-tempo que representa. O livro provoca a reflexão sobre os papéis de gênero que todas e todos perpetuam, mesmo dentro de suas próprias casas. Além disso, tem intrínseca relação com a vida cotidiana de todas as mulheres, principalmente as sul coreanas, atravessando o limite entre ficção e realidade e se posicionando como uma ferramenta valiosa para os estudos de gênero.

⁴ KOREA TIMES. *How feminist book 'Kim Ji-young' became million-seller*. Disponível em: https://www.koreatimes.co.kr/www/culture/2024/11/135_259692.html. Acesso em: 30 nov. 2024.



ERIS

DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL